

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

-----**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E QUATRO**-----

----- Aos primeiros sete dias do mês de março de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. --

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luis Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire

de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Rosa Lourenço, João Miguel Estrompa de Almeida, Susana Maria da Costa Guimarães, Francisco Alves da Silva Ramos, Luis Manuel Inês Cavaco, Ana Paula da Silva Viseu, João Diogo Santos Moura, Luis Alberto Lucas Lopes, Gabriel Baptista Fernandes, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves e Paulo Moreira.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco. -----

----- José Roque Alexandre (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Ana Luisa Flores de Moura e Regedor (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, sendo substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), no período compreendido entre 1 a 28 de março de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN), no período compreendido entre 6 a 28 de março de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luis Alberto Lucas Lopes.-----

----- Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Miguel Estrompa de Almeida. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 42/2017, de catorze de fevereiro de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS) e de Fábio Martins de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide - PCP) à reunião 131ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (86ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 31 de janeiro de 2017. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 43/2017, de sete de março de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Fábio Martins de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide - PCP) e de Natacha Amaro (PCP) à reunião 132ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (87ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 14 de fevereiro de 2017. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: João Magalhães Pereira (PSD) e de Fábio Martins de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide - PCP) à reunião 133ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (1ª Sessão Ordinária), realizada no dia 21 de fevereiro de 2017. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, João Paulo Saraiva, Jorge Máximo, Catarina Albergaria e Paula Marques. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e José Cal Gonçalves. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** declarou aberta a reunião.-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados. Representantes da Câmara pedia para se sentarem que já temos quórum e, portanto, vamos iniciar os nossos trabalhos. -----

----- Eu penso que todos me estão a ouvir, mas são mais ou menos todos a ignorar, mas, no entretanto, nós temos aqui um conjunto de anúncios para fazer e que eu espero que fiquem registados em Ata e a que fiquem também na memória dos Senhores Deputados Municipais em especial dos seus representantes. -----

----- Para dar conhecimento ao plenário, em especial da 6ª Comissão permanente, que recebemos do gabinete do Vereador João Afonso a Declaração Conjunta aprovada na Reunião Nacional de Núcleos para Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, realizada no passado dia 31 de Janeiro e, portanto, se para dar conhecimento ao plenário que recebemos esse documento referente à Estratégia Nacional para a Integração Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, em especial para a 6ª Comissão. -----

----- Também para dar conhecimento ao plenário, de acordo, tal como a anterior, com despacho da Presidente Helena Roseta, que já foi concluído o relatório da Petição nº16/2016, esta Petição foi remetida à Assembleia Municipal com um número inferior a 250 assinaturas, não existe nenhuma Recomendação à Câmara Municipal de Lisboa, o que faz com que não seja agendada para plenário e, no caso, também não houve nenhuma Proposta para que a Petição ou algum tema conexo seja agendado em

plenário, recorde que o título da Petição número 16/2016 é a revogação imediata da decisão de construção de uma nova Mesquita em Lisboa.-----

----- Dar também nota à Assembleia Municipal que nós recebemos e já está a distribuída e numerada a Recomendação número 5/134, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista pela reposição das condições de segurança na Rua Damasceno Monteiro.-----

----- Atendendo a que é uma matéria que já era o objeto da Recomendação 1/134 do CDS-PP, nos termos regimentais, foi admitida, numerada foi distribuída, e será sujeita, naturalmente, a debate e a votação.-----

----- Também consultar os diferentes Grupos Municipais em relação a outro voto.-----

----- Nós recebemos um voto apresentado pelo Partido Socialista que é um voto de saudação para os resultados alcançados no Campeonato Europeu de Atletismo em Belgrado. Eu pergunto se algum Grupo Municipal se opõe a que este voto seja admitido e numerado. Não registo nenhuma objeção e, portanto, um voto de saudação pelos resultados alcançados no Campeonato Europeu de Atletismo em Belgrado será numerado e terá o número de 6/134 e, portanto, vou pedir aos serviços que distribuam com esse voto.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM D DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA N.º 131 DE 31.01.2017**-----

----- Vamos passar à aprovação da ata número 131 de 31 de Janeiro de 2017.-----

----- Vou pôr à votação **Ata 131 de 31 de Janeiro de 2017**. Não há votos conta e nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 131, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 131, Sessão Extraordinária, realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Sofia Dias Figueiredo (PS), Artur Miguel Coelho (PS), Davide Amado (PS), João Robalo Pinheiro (PS), Nuno Pintão (PS), Ricardo Saldanha (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Rute Lima de Jesus (PS), Victor Gonçalves (PSD), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Isabel Pires (BE), Ricardo Robles (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Luis Lucas Lopes (PNPN) e João Miguel Almeida (IND).-----

----- **LEITURA DE EXPEDIENTE**-----

----- Vamos passar à leitura do Expediente, e será a Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva procederá a essa leitura.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva, enquanto 2ª Secretária em Exercício**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação:-----

----- “Resumo de expediente.-----

----- Ponto I, proveniente da Assembleia da República, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, na declaração política, no plenário, no passado dia 15 de

Fevereiro, em que anuncia a apresentação de um conjunto de iniciativas legislativas sobre a matéria processo de descentralização de competências. -----

----- Ponto II, da Câmara Municipal de Lisboa, proveniente, o 1º ponto, do gabinete a Senhora Vereadora Catarina Albergaria, dá conhecimento e envia documentação pela APEE a comunicar o compromisso assumido por parte da autarquia relativo à EB 23, Luís de Camões, sobre transporte para os alunos irem para o Pavilhão do Casal Vistoso.-----

----- Novamente proveniente da Câmara Municipal de Lisboa, do gabinete do Senhor Vereador João Afonso remete para conhecimento da declaração conjunta aprovada na reunião Nacional de Núcleos para Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo realizada no passado dia 31 de Janeiro.-----

----- Da divisão de apoio à Gestão para a Promoção da Mobilidade remete documentação relativa à implementação ZEDL na Freguesia de São Vicente para conhecimento.-----

----- Da Assembleia Municipal de Loures, remete o edital referente às deliberações tomadas na 1ª sessão ordinária de 23 de Fevereiro.-----

----- Assembleia Municipal de Odivelas, Moção deliberada na reunião de 26 de Janeiro sobre saída da rodoviária de Lisboa do sistema de passes combinados com o navegante.-----

----- Assembleia Municipal de Viseu, Moção aprovada na sessão ordinária de 19 de Dezembro, pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por Universidades Politécnicas ou Universidades de Estudos Avançados de modo a poderem atribuir o grau de Doutor.-----

----- Ponto IV, Provedora dos Animais em *email* dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a pedir informação na sequência de protesto da Comissão Local de Bem-Estar Animal da Freguesia da Penha de França, relativo ao apoio institucional da Associação de Turismo de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, ao Festival do *Bullfest*.-----

----- Ponto V, Associações.-----

----- Do Fórum Cidadania Lx, *email* dirigido ao Gabinete Senhor Vereador Manuel Salgado a solicitar informações sobre as reais intenções da Câmara Municipal de Lisboa para o edifício principal da antiga fábrica da Sidul, a saber se provou ou não a demolição integral deste edifício.-----

----- Do Movimento Lisboa Livre de Herbicidas/Glifosato, envio de *email* a agradecer a esta Assembleia Municipal de Lisboa, o caminho percorrido em conjunto que resultou na aprovação do diploma que altera a Lei nº26/2013 de 11 de Abril relativo a distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, passando a ser proibida qualquer utilização de fitofármacos em espaços públicos.-----

----- Do Presidente da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações, refuta o envio a esta Assembleia do *email* sobre Parques Infantis e o problema das pedras dentro do calçado das crianças.-----

----- Do Clube Marvila Jovem, envia algumas fotografias a retratar as atividades que o Clube realiza e alerta pela pressão a que tem sido alvo, nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa, para que o clube mude o local da sua sede.

----- Disse.” -----

----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES PARA APRESENTAÇÃO DE VOTOS, MOCÇÕES E RECOMENDAÇÕES (GRELHA B – MÁXIMO 60M)** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos entrar num Período Antes da Ordem do Dia de hoje, mas com uma especificidade que foi acordada em Conferência de Representantes. -----

----- Como um novo plenário anterior, tinha sido assinalado pela Presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, nós iríamos criar nesta sessão um momento para ser assinalado o Dia Internacional da Mulher que será amanhã, desse modo, votos que já tinham sido apresentados, transitaram para esta sessão da Assembleia Municipal e em termos de Regimento da Assembleia Municipal e daquilo que foi abordado na Conferência de Representantes, entendeu-se que criaríamos um tempo o único para todos os Grupos Municipais que se quisessem inscrever e Deputados Municipais independentes, naturalmente, de 3 minutos, para que não sejamos acusados de estar a desvirtuar aquele que é um Regime Legal para os tempos do PAOD, nós vamos autonomizar, conforme já transmitimos a todos os Grupos Municipais este tempo.-----

----- Portanto, nós vamos fazer, primeiro, as intervenções de 3 minutos a cada Grupo Municipal, relativas ao Dia Internacional da Mulher, depois procederemos à votação dos Votos referentes a esta matéria, e depois entraremos naquele que é o PAOD normal e na discussão e posterior votação dos Votos, Moções e Recomendações relativas à das outras matérias.-----

----- Portanto, já temos inscrições para o Dia Internacional da Mulher, certo? E a Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva vai passar a chamar os oradores ou as oradoras inscritas e quem quiser ainda inscrever-se para intervenções relativas ao Dia Internacional da Mulher pode entrar em contacto com a Mesa. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados e demais representantes da Câmara, assessores, agora que estamos a começar as intervenções seria bom que sentassem e que fizessem silêncio, porque estamos com o ruído exagerado na sala.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A celebração do dia internacional dos direitos das mulheres tem origem nas manifestações de mulheres, ocorridas no início do séc. XX, na Europa e nos Estados Unidos, que reclamavam melhores condições de trabalho e direito de voto. No ano Internacional de Mulher, em 1975, as Nações Unidas começaram a celebrar o Dia Internacional da Mulher a 8 de Março. Em 1977 a Assembleia Geral da ONU reconhecia o importante desempenho da mulher no esforço pela paz e pelo desenvolvimento. -----

----- Diga-se também que já na Primeira Guerra e na Segunda, as Mulheres tiveram um papel importantíssimo, no background da Guerra e desenvolveram atividades intensas nesses tempos. -----

----- O 8 de Março é, assim, o dia onde se promovem encontros e manifestações em todo o mundo e uma ocasião para se fazer o balanço sobre a situação das mulheres. É igualmente uma ocasião para se apelar à mobilização a favor dos direitos das mulheres, nomeadamente o de salário igual para trabalho igual, mas também apelar à sua participação na vida política e económica. Para isso, as Nações Unidas escolheram como tema para este ano ‘as mulheres num mundo de trabalho em evolução: por um mundo 50/50 em 2030’ -----

----- Para quem tem cargos políticos, o simbolismo do 8 de Março inspira-nos a trabalhar todo o ano para acabar com as desigualdades entre homem e mulher. Todos os homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades, direitos e liberdades. Não sei como se diz isto em polaco mas não podem existir dúvidas sobre esta matéria. Isto é uma referência às declarações do Eurodeputado polaco. -----

----- Porém, apesar de na Europa terem diminuído as assimetrias de género ainda existe muito trabalho para realizar.-----

----- Há poucos dias a comissão europeia para a igualdade de género elucidava-nos com alguns números:-----

----- Por exemplo, nove em cada dez europeus consideram a igualdade entre homens e mulheres um valor essencial para uma sociedade mais justa. Este era o número bom e muito importante para corrigir os seguintes:-----

----- A taxa de emprego das mulheres é 12% inferior à dos homens. Não só é mais difícil para uma mulher entrar no mercado de trabalho como os salários são, em média, 13% inferiores aos dos homens. A desigualdade acentua-se no caso das pensões de reforma das mulheres que são, em média, 39% mais baixas do que as dos homens.-----

----- Nos Estados Unidos, por exemplo, ganham menos 20% do que os homens. Na União Europeia a média de retribuição das mulheres é em média inferior em 16,7% à dos homens; em Portugal, a diferença varia entre 5,6 e os 21,3%. -----

----- O intolerável manifesta-se neste último indicador: na União Europeia, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física ou sexual. A Europa e a América do Norte são oásis nestas matérias. Imaginemos, por isso, o que há a fazer também no resto do mundo. E não podemos esquecer os locais deste Mundo em que, sob pretextos religiosos, as mulheres são tratadas de facto como seres inferiores, obrigadas a usar roupas que as tornam invisíveis, impedidas de conduzir ou exercer profissões, estão confinadas ao lar ou maltratadas com impunidade. É por existirem esses locais e essa moral, que o estereótipo defendido pelo deputado polaco é tão perigoso.-----

----- Cabe a todos, homens e mulheres, lutarmos para que as mulheres possam participar socialmente, em condições de igualdade, nomeadamente nos cargos de chefia dos partidos e das empresas. Instalar e consolidar a paridade e erradicar a violência são objetivos que o CDS assume, também, como sua missão. Obrigado” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Assinala-se no dia 8 de Março o dia Internacional da Mulher. Um dia como um marco, como um lugar-comum tempo. -----

----- Neste relembramos e louvamos as lutas dirigidas por mulheres em todo o mundo ao longo dos tempos, deste luta pelo direito de voto, às lutas pelos mesmos direitos laborais, pelos mesmos direitos sociais, educacionais entre outros, nomeadamente o respeito pelo seu corpo e pela sua dignidade.-----

----- Todas estas lutas foram conquistadas arduamente e muitas delas de forma fatídica, deste modo, não podemos esquecer, diariamente, todas estas dificuldades e lutas conquistadas por mulheres corajosas e destemidas e como tal o dia 8 de Março que se assinala e celebra de uma forma simbólica, todas as vidas que transformaram o hoje num lugar com outra dimensão. -----

----- No entanto, este dia não é de todo comemorável, uma vez que a luta das Mulheres pelos mesmos direitos e dignidade ainda subsiste, apesar do reconhecimento da igualdade perante a lei no nosso e em outros países, ainda existem desigualdades e discriminação ao nível das condições de trabalho, salariais, contando com a agravante de que a mulher, enquanto gestante é, muitas vezes, objeto de comportamentos e atitudes discriminatórias e desumanas por parte das entidades patronais.-----

----- Presentemente, milhões de mulheres por todo o mundo continuam a sofrer de violência física e psicológica e a serem privadas do direito de viverem livres de violência, inúmeras Mulheres são quotidianamente agredidas física e psicologicamente, violentadas e humilhadas.-----

----- Considerando que no preâmbulo da Convenção de Istambul se reconhece que a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens que conduziram à dominação e discriminação contra as mulheres pelos homens e que as impediu de progredir plenamente, a natureza estrutural da violência exercida contra as mulheres é baseada no género e que a violência contra as Mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais pelo qual as mulheres são forçadas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens, as mulheres e raparigas são muitas vezes, postas a formas graves de violência tais como a violência doméstica, o assédio sexual, a violação, o casamento forçado, os chamados crimes de honra e a mutilação genital, os quais constituem uma violação grave dos direitos humanos das mulheres e das raparigas e um obstáculo importante à realização da igualdade entre homens e mulheres.-----

----- As constantes violações dos direitos humanos que ocorrem durante os conflitos armados e afetam a população civil, em especial as mulheres, sob a forma de violação e violência sexual generalizadas ou sistemáticas, com o potencial aumento de violência de género em situação de conflito e de pós conflito.-----

----- E, porque as mulheres e as raparigas estão expostas a um maior risco de violência de género que os homens, o Grupo Municipal de Pessoas Animais Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de dia 7 de Março, delibere: -----

----- Saudar o Dia Internacional da Mulher, congratular todos os movimentos que, no dia 8 de Março, se vierem juntar e manifestar nas ruas de Lisboa, homenagear todas as mulheres que lutam e correm riscos para ajudar outras vidas, que por não terem meios nem apoios, permanecem expostas a variado tipo de violência. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, a Mesa, atendendo à efeméride, está a dar um certo concerto grau, que é grande, de tolerância em relação aos tempos, mas que fica para esta parte, não se vai repetir nos pontos seguintes Ordem de Trabalhos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A propósito do Dia Internacional da Mulher, Os Verdes apresentam hoje uma saudação a este dia, assinalado a 8 de Março, em homenagem à luta travada em 1857 pelas operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque, para exigir melhores condições de trabalho.-----

----- Estas mulheres trabalhavam em condições miseráveis: 16 horas de trabalho diário a receberem o terço do que recebia um homem. Reivindicavam então o aumento salarial, a redução do horário de trabalho e um melhor tratamento no local de trabalho.

----- Ainda hoje, todos os anos saem à rua milhares de mulheres em todo o mundo, unidas na defesa dos seus direitos e emancipação, como forma de luta por uma condição de vida mais digna.-----

----- Os Verdes, defensores de uma sociedade mais justa e com igualdade plena, não podiam deixar de se associar a este dia. -----

----- Em Portugal, a valorização da participação da mulher foi uma importante conquista da Revolução de Abril, que trouxe a consagração dos seus direitos. -----

----- Mas apesar de muitas e significativas melhorias na vida das mulheres e do reconhecimento da igualdade na lei, um pouco por todo o mundo, são vários os motivos que ainda hoje nos levam a assinalar esta data, pois persistem muitos fatores de discriminação, de retrocesso e de ameaça a direitos conquistados.-----

----- A desigualdade de género ainda existe. Aqui, em Portugal, e no resto do mundo.--

----- Os dados do INE revelam que as mulheres, apesar de serem maioritárias no grupo de escolaridade superior, continuam a ser marginalizadas nos cargos de direção e são empurradas para profissões que exigem menores qualificações e, conseqüentemente, com salários mais baixos.-----

----- O Dia Internacional da Mulher deve ser valorizado como forma de homenagem às mulheres que lutaram pelos seus direitos e como estímulo às gerações futuras, para que continuem este caminho rumo à igualdade.-----

----- Para Os Verdes assinalar o Dia Internacional da Mulher é lutar para que o exercício dos direitos das mulheres seja uma prática diária, é uma oportunidade para exigir do poder político uma intervenção coerente em defesa da qualidade de vida e da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres. Para isso, são necessárias políticas de promoção da igualdade, de apoio às famílias e à maternidade, de combate ao desemprego e à pobreza e de criação de emprego. Razão pela qual ao longo dos

tempos temos apresentado várias iniciativas nesse sentido. Porque além de se comemorar este dia, é preciso agir! -----

----- É preciso fazer de todos os dias, o Dia da Mulher, através da luta permanente por melhores condições de vida e pela igualdade. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dizia Pablo Neruda que ‘elas brigam por aquilo que acreditam, elas levantam-se perante a injustiça, elas não levam o não como resposta, quando acreditam que existe melhor solução’.-----

----- Em 1910, Clara Zetkin, dirigente comunista, afirma na 2ª Conferência Internacional de Mulheres em Copenhaga, que em acordo com organizações políticas e sindicais do proletariado, nos seus respetivos países, as mulheres socialistas de todos os países organizarão, todos os anos, um dia das Mulheres que, em 1º lugar será consagrada à propaganda a favor do voto das Mulheres. Este dia das Mulheres deverá ter um carácter Internacional e ser cuidadosamente preparado. Esta proposta, que foi aprovada, não foi um ato isolado e trazia consigo mais 2 reivindicações centrais: a redução da jornada de trabalho e melhores salários.-----

----- Contrariamente àquilo que já foi dito aqui pelo CDS, a raiz da luta e do dia 8 de Março não tem a sua origem nas Nações Unidas, que apenas vieram a reconhecer em 1975, este dia que foi aprovado em 1910.-----

----- Em 2017, enquanto a clássica propaganda pretende reduzir este fundamental marco histórico a uma festa ou promoções comerciais dirigidas às Mulheres, este marco não se celebra a 8 de Março por acaso, tem a ver com o mês de Março em que foi a Comuna de Paris, mas também tem a ver com a revolução que se deu há 100 anos na Rússia, as mulheres russas uniram-se massivamente na rua, exigindo pão, o regresso dos homens da guerra, a paz e a República, numa greve que rapidamente se transformou a insurreição, dando origem à revolução bolchevique que mudou o mundo e estabeleceu as bases para o reconhecimento de múltiplos direitos das mulheres com os quais, podemos até dizer, que a direita, como se viu na última Assembleia Municipal, ainda convive muito mal, nomeadamente, a interrupção voluntária da gravidez, o salário igual para trabalho igual, direitos de maternidade, entre muitos outros.-----

----- E ainda há quem entenda que as mulheres são seres menores. Na semana passada, como todos sabem, um Eurodeputado polaco defendeu abertamente que as mulheres devem ter salários mais baixos, porque são seres inferiores.-----

----- Em Portugal as diferenças salariais entre mulheres e homens continuam a situar-se entre os 20% e os 30%, aumentando enquanto aumenta a qualificação das mulheres.-----

----- Prosseguem as discriminações sobre as mulheres em função da maternidade, estas continuam a ser o maior número quando falamos em vítimas de violência.-----

----- E é com a maior das preocupações que o PCP vê o PS a preparar-se para regulamentar uma das mais aviltantes formas de exploração de mulheres e raparigas,

coisificando-as, tratando-as como mercadoria ao assumir que a prostituição pode ser uma profissão. -----

----- Há ainda muitos motivos para prosseguir com a luta, uma luta em que mulheres e homens devem estar lado a lado, pois não existirá jamais, emancipação da raça humana sem igualdade na lei, mas, sobretudo sem igualdade na vida. -----

----- E é por isso que o Partido Comunista Português apela a todas e a todos que participem na manifestação no próximo dia 11 de Março que foi convocada pelo Movimento Democrático de Mulheres, organização de mulheres mais antiga na nossa sociedade e que sempre lutou pelos Direitos das Mulheres e pela igualdade entre mulheres e homens mesmo nas duras condições da noite fascista. Esta a manifestação sairá do Rossio pelas 14h30 e tem como lema a paz, a igualdade, o direito a ter direitos para uma sociedade mais justa para uma sociedade mais livre, obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós temos continuado, em termos condução dos trabalhos, a dar alguma tolerância em termos tempo dada a evocação que estamos a fazer do Dia Internacional da Mulher vamos continuar.-----

----- E no entanto, ia renovando os pedidos à sala para que fizessem silêncio. Não sei se é da evocação que estamos a fazer, ou do aproximar da Primavera, hoje estão especialmente ruidosos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Martins (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Amanhã, dia 8 de Março, o mundo celebra mais um aniversário do Dia Internacional da Mulher, numa homenagem singela à luta e ao combate Mulheres trabalhadoras operárias das fábricas têxteis norte-americanas que, em 1857, se insurgiram pelos seus direitos e deram início ao combate pela igualdade de género. ----

----- Nos Estados Unidos, a data de 8 de Março passou a ser comemorada oficialmente pelo movimento operário norte-americano e pelo movimento das mulheres a partir de 1909. -----

----- A luta pela dignidade das mulheres atravessou mares e continentes e, rapidamente, as esquerdas políticas da Europa incorporaram estas reivindicações na construção do seu ADN, tendo o Movimento Internacional das Mulheres Socialistas em conferência realizada em 1910, na cidade de Copenhaga, e sobre proposta da socialista alemã Clara Zetkin, aceitava esta data para a celebração e defesa dos direitos das Mulheres. -----

----- Em Portugal, podemos igualmente considerar que os primórdios diretos desta luta de emancipação feminina têm o seu primeiro e fugaz momento de existência, com o surgimento da 1ª publicação de uma revista de 1868, radicalmente feminista, que se intitulava Voz Feminina.-----

----- Alice Pestana, Maria Amália Vaz de Carvalho, Carolina Michaelis de Vasconcelos, Ana de Castro Osório, Adelaide Cadete, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, o Grupo Português de Estudos Feministas, a Associação de Propaganda Feminista, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, entre outras

personalidades e organizações, formais e informais, deram o seu contributo ao longo do século XIX e século XX para que a sociedade, no seu todo, tivesse em consideração a necessidade imperativa e urgente de alterar o papel, o estatuto e a imagem da Mulher na sociedade portuguesa e no mundo.-----

----- A escola, a educação, foi a arma preferida no essencial deste combate, de forma a fornecer as ferramentas necessárias para que a mulher, dotada de estes instrumentos, pudesse alcançar a independência económica e assim política e social.-----

----- Combate que prossegue até aos dias de hoje e que está na 1ª linha da agenda política, conforme o recente confronto com um Deputado da direita europeia que fez declarações inqualificáveis sobre as mulheres.-----

----- Ontem, como hoje, pela civilização, pelo progresso, pela democracia, pela cultura e pela educação, pelo trabalho, pela paz e pela dignidade, continuam tão atuais no presente como no passado. Num momento de grandes desafios económicos, sociais culturais e religiosos, num momento de abalos estruturais e do aparecimento de lideranças alicerçadas no populismo conservador e retrógrado, celebrar o dia 8 de Março é convocar todas as mulheres de Lisboa, de Portugal e do mundo, para que não se demitam da sua responsabilidade na defesa da dignidade do ser humano da igualdade e dos seus direitos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Comemorando-se amanhã, dia 8 de Março, mais um dia Internacional da Mulher, é um dia que, acima de tudo, nos merece 2 reflexões.-----

----- Em 1º lugar, é sempre um dia de recordar as lutas históricas que significaram, desde 1910, e ainda anteriormente, a luta, as lutas feministas, seja na área do trabalho ou em outras áreas, mas também e, acima de tudo, é um dia que nos chama a reflexão do que ainda está...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** interrompeu:-----

----- “Peço imensa desculpa, Senhoras e Senhores Deputados, a Mesa tem sido bastante tolerante, mas começa-se a esgotar um bocadinho, porque era bom que os Senhores Deputados se sentassem, se querem articular posições políticas, ou se sentam ao lado uns dos outros, porque há vários lugares na sala que assim permitem e que fizessem um pouco mais silêncio, e tivessem mais respeito, não só pelo tema, mas, em especial, pelos oradores que usar da palavra.-----

----- Tem a palavra, peço desculpa pela interrupção.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE),** no uso da palavra continuou:-----

----- “Não há problema, obrigada Senhor Presidente.-----

----- Como eu estava a dizer, o dia 8 de Março, acima de tudo, deve-nos levar à reflexão do que ainda está por fazer, do muito que ainda está por fazer na área dos direitos das mulheres.-----

----- Já foi falado, não só a questão das desigualdades salariais que ainda são muito patentes, os dados mais recentes demonstram exatamente isso, existem algumas imagens, a partir desses dados, exemplificativas, quando um homem ganha 100 euros,

uma Mulher ganha 83 euros e, portanto, teríamos que cortar a uma nota de 100 euros para equivaler a 83 euros. A nível salarial, em Portugal, essas diferenças ainda são muito patentes, em média, ganhamos menos 18% do salário base e menos 20,9% do salário médio, ou seja, precisamos de trabalhar mais 65 dias por ano, para ganharmos o mesmo que ganha um homem. -----

----- Mas também a nível dos lugares de chefia, as mulheres ainda não têm a representação, que têm na sociedade, nestes lugares, não só de empresas, mas também a nível político, a nível Municipal, a nível de Freguesias. -----

----- Também as mulheres são ainda mais afetadas do que os homens a nível do desemprego, da jornada de trabalho, porque são afetadas pela dupla jornada de trabalho, não só no seu emprego, mas depois em casa, porque não há uma repartição e conciliação da vida familiar entre homens e mulheres, e a conciliação da vida familiar e a vida profissional, e isso muito se deveu ao crescimento da precariedade no mundo do trabalho e, portanto, quando se festeja o Dia da Mulher, o Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, acima de tudo, devemos olhar para o futuro e para o que ainda está por fazer, num país e numa Europa onde Eurodeputados dizem à boca cheia que as mulheres são seres inferiores e, portanto, não são dignas de estar naquele Parlamento ou de receber o mesmo que os homens a nível salarial. -----

----- Portanto, isto mostra-nos o muito que ainda há por fazer, e é a principal mensagem que deve ser passada neste dia, com o apelo para a manifestação, não só de dia 11, mas hoje mesmo, a partir das 18 horas, no Rossio, haverá também concentrações para festejar e para chamar a atenção do muito que ainda está por fazer, que é aquilo que deve ressaltar mais, quando falamos de este dia.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá a todas e a todos, caríssimo Presidente em substituição, agradeço esta discriminação positiva de nos dar mais uns minutos, mais uns segundos, é bom, eram caríssimas secretárias, caríssimos membros do executivo, caríssimas mulheres e homens Deputados Municipais, caríssimo público presente e trabalhadoras e trabalhadores desta casa. -----

----- Já tudo foi dito, não vou reinventar, há de facto, um arquétipo quando falamos de este termo, Mulher, e no nosso passado histórico recente houve, como já foi referido, uma extrema violência, nas relações pessoais, lembramos, nas mortalidades nos partos, que em Portugal era uma coisa afrontosa já no século, nos abortos que se faziam clandestinos, quem trabalhou nesta área, sabe das vivências que, mesmo aqui na cidade de Lisboa, dolorosas de homens e mulheres, mas particularmente das mulheres, que não tinham, de facto, direito a decidir nada. -----

----- Também nas relações profissionais, como já foi dito, de uma extrema dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e depois no mercado trabalho de uma exploração absoluta, e também de cidadania num país que era então quase medieval. -----

----- Paralelamente, as lutas de homens e de mulheres políticas e também deste campo mais específico, aparentemente, que é o da luta das Mulheres, lembro aqui o papel imprescindível, do ponto de vista histórico, do ponto de vista social, do ponto de vista

político e do ponto de vista de afetos, que marcou uma geração como a minha do MDM e também do MLM. -----

----- Houve portanto, todas estas lutas pelo direito ao voto, pelo direito à liberdade. Hoje o arquétipo continua, 43 anos após Abril ainda, como já foi focado, como recentemente, situações de igualdade nas relações pessoais, o número de mortes é ainda incrivelmente obscuro, deixem-me utilizar a palavra. -----

----- As questões profissionais houve um longo caminho, nomeadamente nas questões da função pública mas, eu dizia no outro dia que um empresário mais culto é, certamente, um empresário melhor, isto reflete-se também nas relações laborais, de perseguições sexuais e outras, e também no não direito ao trabalho igual salário igual, que é para mim a base qualquer feminismo. -----

----- E, por outro lado, também a questão da cidadania. Bem, aqui teremos uma longa discussão, fizemos no último mandato, um debate acerca do trabalho sexual e eu penso, pensamos, que o trabalho sexual é também uma destas questões, a questão da cidadania. -----

----- A par disto há, obviamente, a luta dos homens e das mulheres, enfim, acho que temos aqui um corpo de nata, neste sentido, de libertação de aumentos direitos, porque sempre que os direitos aumentam sempre que os direitos são melhorados, sempre que os direitos, sempre que nós deixamos que, quem é mais penalizado, tome em suas mãos a defesa de direitos que só é que percebemos muito bem esta questão, então o mundo avança. -----

----- Queria citar o Baudelaire que é um autor que eu, particularmente, conheço e gosto, dizia, a certa altura, que o homem gosta de mar, eu penso que as mulheres gostam de mar e quem estiver connosco, homens, ou outros, estará certamente numa manifestação que ao fazer-se terá que ser de todos, de todas, por questões que vão para além das sindicais, que vão para além das emocionais, que vão para além de tudo isso, e só assim, queridos e queridas amigos, faremos, de facto, uma grande concentração de mulheres, de homens e todos aqueles que quiserem vir connosco. Não vamos definir o sexo, não vamos definir rigorosamente nada a não ser assinalar um dia que é apenas um marco. Daqueles todos que gostamos de mar, e se estamos em Lisboa, só temos que gostar de mar. E obrigada Baudelaire, por ser tão feminista, e aos outros também, claro, qualquer expressão que seja de feminismo é bem aceite e temos muito que se quer discutir acerca disso, não temos nenhuma de nós o direito à verdade. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. -----

----- O dia 8 de Março, amanhã, foi instituído pela ONU como o Dia Internacional da Mulher, até ao dia em que todos temos todos que refletir sobre as condições em que as mulheres vivem. É o dia em que temos que refletir se a igualdade é, de facto, eficaz e efetiva, não só no nosso país, na nossa cidade, como à escala mundial. -----

----- Será que na Europa, mesmo na Europa, essa igualdade é evidente? Eu só recordo aquilo que um Deputado, que eu para o qualificar, teria que dizer um nome feio, que um Deputado no Parlamento Europeu, um Deputado de um país supostamente civilizado, que é a Polónia, disse há dias em relação às mulheres, isso é demonstração que mesmo na Europa, mesmo no mundo civilizado, as mulheres são tratadas de forma vil como foram tratadas por esse Senhor Deputado eleito no seu país para representar a Polónia, no Parlamento Europeu. -----

----- De facto, o Dia Internacional da Mulher deve-nos deixar refletir bastante, mais do que manifestações, mais do que quer que seja, nós temos que refletir, temos de refletir e verificar, não só no nosso território, como à escala mundial, que está muito longe, está muito longe que a mulher obtenha a igualdade com o homem em tudo o que é relações laborais, sociais ou culturais. -----

----- Não há dúvida que imensos países, há milhões e milhões de mulheres que são sacrificadas diariamente, há milhões e milhões de jovens que são violadas diariamente, à escala mundial, que são mutiladas, portanto, isto é, de facto, a uma desigualdade tremenda, mesmo no nosso país essa desigualdade é evidente, naturalmente, têm-se feito progressos, têm-se feito propostas no sentido da igualdade das mulheres, em relação à remuneração, e relação ao acesso a lugares de chefia, tem-se feito um esforço, mas ainda não se conseguiu essa igualdade. É essa reflexão que temos que fazer e, de facto, e fazer votos que em muitas civilizações haja a capacidade e a possibilidade de se alterarem as ideias, se alterarem os modos de vida, de forma a que as mulheres sejam tratadas com humanidade, sejam tratadas humanamente e não como coisas como são tratadas, nomeadamente, em muitos países da área muçulmana, isso é um facto. -----

----- E nós apenas no dia 8 de Março, amanhã, temos de refletir sobre isso, e de facto dar um grande aplauso a todas as mulheres, e já agora às mulheres que aqui estão, dar um grande aplauso às mulheres que aqui estão representadas, porque elas foram sempre e serão sempre iguais aos homens que também estão aqui representados. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O orador está a pedir desculpa às Senhoras Deputadas que estão na Mesa por não as ter cumprimentado no início, com a emoção da salva de palmas final. -----

----- Não temos mais oradores inscritos e, portanto, conforme anunciado no início dos trabalhos, vamos passar à votação dos votos 1, 2 3, e 4 que estão associados a esta evocação do Dia Internacional da Mulher. -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 1/134** – ‘**Dia Internacional da Mulher – Manifestação de Mulheres**’, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 1/134**, apresentado pelo PCP. O **Voto de Saudação n.º 1/134** foi **aprovado por unanimidade**, com os votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 2/134** – ‘**8 de Março - Dia Internacional da Mulher**’, fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 2/134**, apresentado pelo BE. O Voto de Saudação n.º 2/134 foi **aprovado por unanimidade**, com os votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 3/134** – ‘**Um Voto de Saudação ao Dia Internacional da Mulher**’, fica anexado à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 3/134**, apresentado pelo PAN. O Voto de Saudação n.º 3/134 foi **aprovado por unanimidade**, com os votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 4/134** – ‘**8 de Março - Dia Internacional da Mulher**’, fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 4/134**, apresentado pelo PEV. O Voto de Saudação n.º 4/134 foi **aprovado por unanimidade**, com os votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Portanto, encerramos aqui esta 1ª parte do PAOD. -----

----- Tenho a Câmara a pedir a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Senhor Presidente, posso dar uma informação à Assembleia em nome da Câmara? Sim? Muito obrigado. -----

----- Só para informar os Senhores Deputados que, com o objetivo de assinalar o Dia Internacional da Mulher, o Município de Lisboa vai desenvolver duas atividades, uma que passa por um momento de Reflexão no Feminino, onde estarão presentes a Presidente da Assembleia Municipal e Deputada Helena Roseta, a Deputada Isabel Moreira, a Presidente do Centro em Rede de Investigação em Antropologia Antónia Pedroso de Lima, a Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional Clara Sottomayor, a Jornalista São José Almeida, realiza-se entre as 8 e as 10 da manhã no Hotel Altis e está integrada numa iniciativa, numa campanha que lançou a Organização das Nações Unidas que convida as pessoas e as entidades a serem ousadas para a mudança naquilo que são as questões relacionadas com os Direitos das Mulheres. -----

----- Uma 2ª iniciativa, um pouco mais para dentro do Município, onde a 4 mulheres, 4 trabalhadoras do Município vão debruçar-se sobre o que é ser trabalhadora do Município no feminino, e eu recorde-vos, para terminar, isto vai acontecer amanhã às 10 da manhã na sala polivalente do edifício do Campo Grande. -----

----- E só para terem essa informação, o Município de Lisboa, dos seus cerca de 8 mil trabalhadores, 3300 são mulheres que representam cerca de 43% nosso efetivo, 58% dos dirigentes são mulheres, 71% dos nossos assistentes técnicos são mulheres, 27% são assistentes operacionais, 32% são outras carreiras e mesmo naquelas, tradicionalmente menos, em que as mulheres menos entram, como seja o RSB e a Polícia Municipal, também têm mulheres, a Polícia Municipal, de forma crescente

tem 5% e o RSB tem 1% e está numa recruta a ter mais algumas mulheres numa nova recruta está neste momento a decorrer. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Vereador, vamos entrar no agora, propriamente dito, no período legal e regimental do PAOD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de começar por associar-me ao voto de saudação apresentado pelo PS relativo aos resultados alcançados pelos atletas portugueses no Campeonato Europeu, em pista coberta, realizado no passado fim-de-semana em Belgrado. -----

----- Relativamente aos documentos apresentados por outras forças políticas, designadamente a recomendação do PEV sobre a por si chamada “municipalização do ensino”. -----

----- Parece-nos importante esclarecer a nossa posição perante os termos utilizados na parte deliberativa do documento. Devo dizer que acima de valorizar a defesa de uma escola pública gratuita, o CDS pugna por valorizar uma boa escola, uma escola de qualidade assente em projetos educativos e pedagógicos que vão ao encontro das necessidades e carências da comunidade escolar. -----

----- Quanto à proposta de rejeição da municipalização do ensino e do amputamento da autonomia das escolas, é importante lembrar que o Governo lançou uma experiência-piloto de descentralização para Municípios (bem diferente do que se entende por municipalização) que inclui a Educação. -----

----- Logo, não estando terminado esse processo, parece-nos prematuro avançar com rejeições sejam de que matéria for neste âmbito, sem que se avalie os resultados dessa experiência-piloto. -----

----- Ainda no âmbito dessa avaliação, é essencial aferir que ganhos têm as comunidades com as competências a descentralizar, bem como o que estas ganham com a autonomia numa perspetiva pedagógica. -----

----- Tendo o anterior Governo iniciado este processo, que agora poderá ser afinado, o CDS entende que não havendo dados concretos, esta proposta de posição é precipitada, pelo que votaremos contra o ponto 3. -----

----- Quanto ao CDS, apresentamos hoje 2 Recomendações, uma sobre mobilidade e outra sobre a segurança de pessoas e bens. -----

----- A primeira traduz a preocupação vivida pelos moradores das Ruas Gorgel do Amaral, Custódio Vieira e Praça das Águas Livres. Falamos de arruamentos em que a procura de estacionamento, face à proximidade a centros de serviços, ginásio e ao Centro Comercial das Amoreiras, tem impossibilitado o regular estacionamento de residentes e a estacionamento ilegal fora das marcações e em cima do passeio. -----

----- Tal situação dificulta a circulação viária e o livre acesso dos peões aos passeios, a que acresce o perigo iminente pela fraca visibilidade criada nos condutores. Os moradores queixam-se ainda da reduzida fiscalização por parte da EMEL e Polícia Municipal. -----

----- Sendo o período mais crítico o final do dia e tratando-se de uma zona, ao contrário da sua envolvente, maioritariamente residencial, que o CDS propõe recomendar à CML que reforce a fiscalização, que estude a possibilidade de afetação do estacionamento da Praça das Águas Livres a residentes e que, por fim, avalie a possibilidade de aumento do período de aplicação de tarifário para além das 19h nas Ruas Gorgel do Amaral e Custódio Vieira. -----

----- A segunda refere-se à derrocada do muro, ocorrida a 27 de Fevereiro, no tardo dos números 102 a 110 da Rua Damasceno Monteiro. -----

----- O CDS acompanhou desde o primeiro momento o desenvolvimento das ocorrências junto dos moradores e comerciantes, recolhendo informação e contributos junto dos interessados no local, uma vez que grande parte desta foi apenas veiculada pela comunicação social. -----

----- A CML, perante a tragédia ocorrida, agiu em conformidade com as suas competências, priorizando o realojamento destas e garantindo a segurança de pessoas e bens. Contudo, tardiamente e numa situação que poderia ter sido evitada. -----

----- Entendemos que a segurança dos nossos munícipes é assunto prioritário e que nos deve preocupar. Após conversas com vários moradores, pudemos apurar que o Município foi inúmeras vezes alertado para o avançado estado de degradação do muro, identificado pela queda de partes do mesmo e mudança da tonalidade do revestimento. -----

----- E é neste momento ponto que nos deparamos com várias questões: -----

----- O presidente da CML diz que não há registo de reclamações por parte dos moradores; no local, os moradores mostraram-nos cópias de ofícios remetidos nos últimos anos ao Município. Em que ficamos? -----

----- Órgãos de comunicação social referem a existência de uma monitorização do muro. Ora, se tal é verdade, como é que não foi detetado o perigo eminente que o muro representava? -----

----- Depois, a CML remete a responsabilidade para o proprietário do muro, o condomínio Vila Graça. A verdade é que, segundo os moradores, a construção do condomínio, - licenciado pela CML - acarretando um aumento de carga com o volume edificado, não foi acompanhado de uma consolidação e reforço do muro existente. -----

----- Face às queixas apresentadas durante anos, importa aferir se o Município cumpriu com as suas competências: intimar o proprietário a intervencionar o muro ou, em sua substituição, tomar posse administrativa do mesmo colocando em primeiro lugar a segurança das pessoas.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, já terminou o seu tempo. Tem 15 segundos para terminar. -----

----- Vejo há ali sinal de que estão a ceder de tempo? Cedências de tempo do MPT e do PSD, muito bem” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Face às queixas apresentadas durante anos, importa aferir se o Município cumpriu com as suas competências: intimar o proprietário a intervencionar o muro ou, em sua substituição, tomar posse administrativa do mesmo colocando em primeiro lugar a segurança das pessoas. -----

----- Mas há mais responsabilidades que a CML tem nesta matéria. A CML, sendo responsável por todo o território numa cidade com 7 colinas e pelo menos o dobro das escarpas, tem competências diretas na sua estabilidade, solidez e resistência, bem como no planeamento e gestão urbanística, e isto é independente da propriedade ser pública ou privada dos respetivos terrenos confinantes. -----

----- Tanto assim é que, a mero título de exemplo, veja-se a Deliberação nº 763/CM/2011, o PIPARU, que inclui intervenções em muros, taludes e vedações também de propriedade privada. Nessa listagem, o muro da Damasceno Monteiro não está incluído mas há um dado que importa reter. -----

----- A CML tinha em vigor um contrato de monitorização constante de certas muralhas e escarpas inclusivamente com sondas integradas- como era o caso da muralha do miradouro de S Pedro de Alcântara - esse contrato ainda está em vigor? Ou seja, para o CDS existe uma responsabilidade co partilhada entre privado e o município e que revela inação.-----

----- No meio de vários dados, alguns contraditórios, que importa apurar de forma clara e manifestando solidariedade para com os moradores afetados, o CDS propõe que seja facultada toda a documentação relativa a este processo, desde o encaminhamento (ou não) dado aos avisos dos moradores, à monitorização dos terrenos até aos procedimentos para conservação do muro. -----

----- Nesse sentido e após envio de toda a documentação considerada pertinente, propomos que a 3ª Comissão acompanhe o desenvolvimento do processo e tome as devidas diligências.-----

----- Estamos perante uma situação que poderia ter sido evitada. A segurança da cidade e de quem nela vive e trabalha deveria ser uma das principais prioridades do Município. -----

----- Quanto à Recomendação do PS sobre esta matéria que nos foi entregue há minutos, ela não colide com a nossa e, portanto, obviamente que iremos votar a favor até porque vem reforçar esta necessidade de apurar responsabilidades. Muito obrigado. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, o MPT ainda ficou com 1 minuto e 8 segundos se quiser usar da palavra e não chegámos a utilizar do tempo eventualmente cedido pelo Partido Social Democrata. -----

----- Entretanto, para dar nota às Senhoras e Senhores Deputados, nós hoje não temos a sinalização sonora e, portanto, a Mesa terá que interromper sempre que o tempo for atingido. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público em geral. -----

----- Voltamos novamente à carga nesta Assembleia para fazer um apelo, mais um apelo à reflexão, sobre que futuro dos serviços de saúde queremos na nossa cidade. Vimos fazer um apelo e uma Proposta da reversão da venda à ESTAMO, dos Hospitais da colina de Santana, e do Centro Hospitalar Lisboa Central. -----

----- Todos vocês sabem que, desde 2009 foi efetuada esta venda fictícia mas com objetivos bem claros e que resultou de que esta empresa do Estado se prepara para vender, para organizar uma monumental especulação, operação especulativa imobiliária. -----

----- A venda dos terrenos foi acompanhada de um pagamento de renda, os próprios hospitais hoje pagam renda pelos seus próprios hospitais. E é verdade que acompanhámos com preocupação o lento, mas sistemático encerramento e desmantelamento de serviços nestes 6 hospitais de Lisboa. -----

----- É preciso continuar a discutir e a refletir, a apelar a esta Assembleia sobre sabem quais são as consequências, quais vão ser as consequências deste encerramento para as populações da cidade? Não só pela falta de acessibilidade aos cuidados de saúde com deslocação dos serviços para eventual Hospital Oriental que não terá uma mínima capacidade em relação à que existe atualmente, será que sabeis quais as consequências em termos de emprego e de organização da colina de Santana? -----

----- Sabeis o que vai acontecer com esta especulação imobiliária já planeada e organizada com a participação clara e comprometida no executivo Municipal? Sabeis que sem o contributo do executivo Municipal na mudança de uso do solo nos Hospitais Centrais de Lisboa, as quase 2 dezenas de hectares, livres para construção não seriam livres para essa construção, mas seriam hospitais renovados e necessários à cidade. -----

----- Não colhe o argumento, por mais que ele seja repetido, de que este assunto é do Governo, é do Ministério da Saúde, nada temos a ver nós que somos de Lisboa. -----

----- Todos se lembram de eu ter dito aqui que eu defendo para a nossa cidade que não seja barriga de aluguer para os Serviços da Administração Central em matéria de saúde. -----

----- Todos vocês estão lembrados de que o PCP tem defendido que, em matéria de cuidados primários de saúde, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e os ACES que acompanham Lisboa, dos quais um deles de uma parte de Lisboa está situado a sua sede em Oeiras, não seja respeitada as necessidades do povo de Lisboa. --

----- A não ser, e isso está para se ver, que a cidade e o centro da cidade não precise mais de serviços de saúde. Por uma razão muito simples que vai deixar de ter população autóctone residente. Afirmamos e confirmamos que o Município tem responsabilidade na organização dos serviços de saúde na cidade e para os cidadãos de Lisboa. -----

----- O PCP defende a recomenda ao Governo à ARS de Lisboa e Vale do Tejo e à Câmara, que realizem um estudo sobre a atual capacidade hospitalar instalada na

cidade e na Área Metropolitana de Lisboa, em contraponto à necessidade pública dos serviços de saúde públicos.-----

----- Existe uma alternativa à destruição do património hospitalar de Lisboa é, preciso agir e investir no atual património, renovando instalações e equipamentos e equipas. Não venham dizer depois de cair e de abandonar os serviços, dizer que já não se justifica mantê-los a funcionar.-----

----- É preciso ouvir, ouvir com olhos e que ouvidos, os profissionais de saúde de Lisboa e do Centro Hospitalar Central e ouvir o que tem a dizer sobre as condições que têm para trabalhar e sobre as necessidades de melhorar o equipamento e os investimentos. Estamos convictos de que só a reversão dos terrenos e dos edifícios a favor do património público, retirando à ESTAMO o poder dos andar a vender a retalho, é que é possível defender os hospitais. Rejeitar o encerramento implica defender o reforço do investimento e com vista à manutenção e reabilitação do seu património.-----

----- Quem não sentir como seus estes problemas dos cidadãos de Lisboa terá um dia que ajustar contas com a realidade. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, sobre o aluimento de terras na rua Damasceno Monteiro, antes de mais, demonstrar a solidariedade do Grupo Municipal do Partido Socialista para com os moradores afetados e deixar o nosso reconhecimento e o nosso elogio de profunda gratidão a para com as entidades de socorro, nomeadamente o Regimento Sapadores Bombeiros, a Proteção Civil, a Polícia Municipal e a PSP cuja intervenção rápida impediu males maiores e, portanto, queremos deixar aqui esse nosso registo. Elogiar também a rápida ação da Câmara Municipal de Lisboa na tomada imediata de posse administrativa do local, isto denota atenção, uma capacidade de resposta imediata, muita agilidade de intervenção mesmo na parte burocrática, qualidades que, muitas vezes, nesta casa e na sociedade, no passado, não foram reconhecidas a Câmara Municipal de Lisboa e que, de facto, nesta situação em concreto, foram mais do que notadas e, portanto, queremos deixar aqui a nossa saudação por esse facto.-----

----- Dizer no que diz respeito, passando agora para as moções do PEV no que diz respeito à Municipalização do ensino, deixar claro que este conceito de Municipalização do ensino é um equívoco e ele em si não existe, é importante que isso fique claro. Aquilo que existe, neste momento, é uma gestão de proximidade de alguns cuidados com as instalações, o que é algo completamente diferente. A reforma administrativa de Lisboa que tem sido um sucesso tem-no sido também um sucesso neste campo e as escolas têm ganho com isso. Agora a educação, as suas opções, as suas políticas, continuam, como não podia deixar de ser, na Administração Central e é preciso fazer aqui a separação entre aquilo que é o cuidado com as instalações, o cuidado com a logística e com aquilo que diz respeito, propriamente, à educação que está onde sempre devia ter estado onde continuará a estar.-----

----- E dizer ainda, a título de comentário, isto mais no prisma pessoal, sabendo que muitos Presidentes da Freguesia concordam comigo, que a Recomendação que o PEV faz de seguida, acerca do selo na escola amiga da nutrição e da alimentação das escolas de Lisboa, que aqui também podemos entrar, e pode ser um dos pontos, a questão da alimentação nas escolas pode ser um dos pontos a aprofundar em futuras gerações de delegações de competências da Câmara Municipal de Lisboa nas Juntas de Freguesia, porque acho que esta experiência Lisboa, tem corrido muitíssimo bem e, portanto, não devemos estar aqui a pensar em retrocessos, mas em progressos e, portanto, não queria deixar aqui, numa nota mais pessoal, de deixar esta sugestão. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente, boa tarde a todos e todas, só 2 palavras. -----

----- Uma sobre os 2 documentos relativos ao ocorrido na rua Damasceno Monteiro e o aluimento de terras resultante o colapso daquela estrutura de suporte, naturalmente a 1ª palavra tem de ser para os moradores e de solidariedade, depois sublinhar a boa prestação das equipas de socorro da Proteção Civil, em particular do Regimento de Sapadores Bombeiros e, portanto, foi garantida a segurança no momento da ocorrência. Sublinhar a necessidade de apurar rapidamente responsabilidades, há vários relatos de que há registos trocados entre os moradores, o condomínio da parte superior do muro, e a própria Câmara Municipal e, portanto, é preciso perceber porque é que aquilo aconteceu, em particular, para precaver situações semelhantes no futuro, e depois é preciso uma intervenção rápida que garanta a segurança dos prédios naquela zona e, sobretudo, garanta o regresso dos moradores às suas casas. -----

----- Em 2º lugar sobre o voto de saudação à Gebalis, eu relembro-vos que, e vocês conhecem esse relatório, do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, produziu um relatório em Dezembro que cita o ranking de 28 países e em que Portugal ficou em 22º lugar, o 1º lugar é o melhor o 28º é o pior, portanto, ficou no fim da tabela relativamente ao índice europeu, de exclusão na habitação. Temos uma das mais baixas taxas de habitação social, de apenas 2% e, portanto, não podemos acompanhar, naturalmente, este voto de saudação à Gebalis. Quem vai aos bairros Municipais desta cidade sabe que os moradores não querem saudar a Gebalis, não é esta a impressão que têm desta empresa Municipal e que há tanto por fazer nestes bairros e, portanto, não podemos acompanhar este voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em exercício, caros colegas da Mesa, Senhores colegas Deputados, público e Senhores Vereadores. -----

----- Em 1º lugar, relativamente a esta última intervenção sobre a Gebalis não queria deixar de referir o seguinte, é bom que nós não confundamos, aquilo que é o esforço e o trabalho que é feito e realizado pelos colegas e pelos trabalhadores que estão na Gebalis, com aquilo que são as decisões políticas e as opções políticas quanto aos meios que é possível adotar e disponibilizar e relativamente esse domínio de

intervenção na habitação social. Creio que o Senhor Deputado Ricardo Robles está a confundir as 2 coisas. Uma coisa é o esforço dos trabalhadores e aquilo que tem sido feito com os meios que têm à sua disposição, outra coisa é a política de habitação do Município de Lisboa, era bom não confundir as duas coisas em relação a esta matéria.-

----- Em relação à questão do estacionamento das Amoreiras eu queria chamar à atenção que as coisas devem ser um pouco mais estudadas, independentemente de se estar de acordo com as preocupações só aqui manifestadas. -----

----- É bom, não esquecermos que a cidade de Lisboa tem, durante o dia e grande parte da noite, tem uma população que duplica a população residente, isto tem a ver com as pessoas que trabalham, que aqui que aqui trabalham, que aqui vêm tratar de assuntos, que aqui vem fazer as suas compras, e portanto, tentar resolver o problema do estacionamento na cidade de Lisboa reservando tudo para residentes é matar a própria cidade de Lisboa e acho que é bom ter alguma cautela na maneira como isso está a ser gerido e está a ser feito na cidade de Lisboa. Em muitos bairros, hoje em dia, as pessoas que queiram visitar, ou queiram visitar amigos, o queiram tratar de algum assunto nesses bairros não conseguem pura e simplesmente estacionar porque todas as zonas estão reservadas para residentes, eu acho que isso é o fim de uma cidade e, portanto, era bom que isso estivesse em linha de conta.-----

----- Em relação ao aluimento da rua Damasceno Monteiro, é evidente que é necessário apurar responsabilidades por parte da Câmara, mas eu gostaria também fossem apuradas responsabilidades por parte dos técnicos que subscreveram os projetos de construção que ali foram feitos, é porque a legislação geral do país tem aligeirado muito as responsabilidades das Câmaras, atribuindo-o aos técnicos que assinam os projetos e, infelizmente, não têm sido chamados à responsabilidade quando há asneira, com parece ter sido o caso e, portanto, não é só a Câmara que está em caus, são também aqueles que assinam, a dizer que tudo aquilo respeitam os regulamentos em vigor, respeitam as boas normas e as boas práticas que também devem ser responsabilizados nesta matéria.-----

----- Por último, queria chamar a atenção para o problema da ESTAMO e, em particular, para a intervenção que foi feita pelo PCP nesta matéria. Se bem que compreendamos as preocupações e até possamos estar de acordo com aquilo que aqui é referido, eu creio que a Proposta, tal como está formulada, pode ser um presente envenenado, neste momento, para a Câmara Municipal de Lisboa. Não nos esqueçamos que ao longo de várias mandatos a Municipal de Lisboa viabilizou terrenos da ESTAMO com níveis inacabada a carrinha de um caso raro acontece é porque tudo era de um minuto só com níveis edificabilidade extremamente elevados, segundo a legislação em vigor reverter esses compromisso significa um encargo para a Câmara, com a indemnizações extremamente fortes, o que não me parece que seja aquilo que o PCP pretende. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros colegas. Se às moções e Recomendações

apresentadas, o Partido Social Democrata identifica-se com a grande maioria delas, apenas 2, curiosamente, uma subscrita pelo Partido Comunista Português e a outra pelo PEV, o PSD não está de acordo e votará contra. -----

----- Em relação a estas 2 questões uma em relação ao problema foi aqui exposto e à Recomendação e Moção do CDS, em relação à Damasceno Monteiro, nós também achamos que é preocupante a situação que se verifica em Lisboa, e se esta foi um alerta, este alerta pode ser muito ampliado se, eventualmente, não forem tomadas providências em outras áreas da cidade que, onde poderão ocorrer situações semelhantes, e poderão ter desfechos mais gravosos do que estas.-----

----- Nós há muito tempo que andamos a chamar a atenção para a problemática da cidade em termos de segurança sísmica. Nós tivemos mesmo, já ouvimos mesmo um especialista que nos falou dos fundamentos sobre os problemas da cidade de Lisboa em relação a essa situação. Nós sabemos que poderá ocorrer um fenómeno sísmico em qualquer altura e se as cidades não estiverem preparadas para atenuar os seus efeitos, naturalmente que as consequências serão muito gravosas para a população, e isso, a prova disso é o que aconteceu na Itália na cidade de *Amatrice*, houve um terremoto que destruiu praticamente, destruiu a cidade toda que ela está impraticável, está fechada a população. Poucos quilómetros ao lado, uma mesma cidade também, portanto, que sofreu o mesmo abalo, não teve praticamente consequências e porquê, porque, durante muitos anos, os responsáveis por essa cidade começaram a prevenir essa situação, corrigindo as casas que eventualmente poderiam vir a sofrer com abalos sísmicos, e isso verificou-se no resultado final que essa cidade praticamente não sofreu nenhum estrago, enquanto a outra ficou totalmente destruída. -----

----- Nós temos que ter em consideração isto para pensarmos na nossa cidade, há muito tempo que falamos nisto e não vemos qualquer iniciativa nesse sentido. Fala-se em muita coisa, gasta-se muito dinheiro em muitas áreas, mas esta que agora não é fundamental, porque não aconteceu, e deus queira que nunca aconteça, mas que pode acontecer, é que devíamos também estar preocupados. -----

----- Em relação à colina de Santana, não estamos de acordo que seja revertido o problema dos Hospitais, agora, mas também estamos de acordo que seja resolvido aquilo que aqui foi iniciado em relação à colina Santana, porque, de facto, tivemos aqui um grande debate sobre a colina de Santana, apresentámos grandes Propostas sobre planos de ação territorial, sobre ações a desenvolver, e até hoje zero. Não há um único efeito, não há um único resultado, e isto já levou 2 anos, e hou discussões enormes, debates públicos, etc., para nada! Isto acontece, infelizmente, em muitas situações, onde esta Assembleia se debruça com alguma intensidade e alguma preocupação sobre alguns temas, e depois passou! Fez-se o número, o número foi feito, agora esqueçamos. Isto não é para fazer números, nós aqui não temos que fazer números, nós temos que resolver os problemas e atuar, nós não, temos que obrigar a resolver os problemas e se atue em relação a eles. Em relação à colina de Santana continua tudo na mesma, uma das áreas mais degradadas da cidade de Lisboa, em relação a todos os índices que definem a qualidade de vida, a salubridade, etc., e nada se faz, está tudo na mesma. Mais do que reverter o problema dos hospitais, é resolver

este problema, a situação e aí o PC tem razão, é que se queria resolver este problema à conta dos hospitais. Este problema tem que ser resolvido, independentemente daquilo que se pode fazer naqueles terrenos dos hospitais, porque é uma preocupação anterior e é uma preocupação da cidade de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa e desta Assembleia. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Depois da Deputada, Carla Madeira, só temos mais um orador inscrito e se não tivermos mais inscrições, passaremos às votações.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, público e comunicação social. -----

----- O Partido Socialista vem apresentar um voto de saudação ao trabalho da empresa Municipal Gebalis, uma empresa que desenvolve o meritório trabalho a nível da responsabilidade social e da promoção da igualdade e do qual pouco se fala, entendemos que na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher é da maior justiça destacar o trabalho da Gebalis na promoção da igualdade, em particular da igualdade de género. A Gebalis tem como missão gerir os bairros com uma forte perspectiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património, e integração profissional da população e rege-se por valores de responsabilidade social. -----

----- Integrou no ano de 2015, o programa de Lisboa, Capital Europeia do Voluntariado e, nesse âmbito reformulou o seu programa de voluntariado empresarial.

----- Em 2010 e em 2015 recebeu a atribuição de menção honrosa do Prémio Igualdade É Qualidade, prémio que distingue entidades empregadoras nas áreas da igualdade entre homens e mulheres, no emprego, na formação profissional, na conciliação da vida profissional e familiar e na prevenção e combate à violência doméstica e de género. Protege os direitos humanos através do envolvimento com a comunidade, em geral, e com os seus clientes, em particular, e o facto de muitos deles viverem em situação de pobreza e exclusão social. -----

----- A nível internacional a Gebalis é membro do *World do Family Organization* e do *Global Compact Network* das Nações Unidas. -----

----- A nível nacional é membro de vários grupos e associações que pugnam pela promoção e desenvolvimento do conceito de cidadania empresarial e responsabilidade social. -----

----- Entre outras distinções, foi reconhecida, em 2015, com o selo Práticas de Responsabilidade Social atribuído pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial na categoria de Direitos Humanos pelas boas práticas na igualdade de género entre trabalhadores e pelas boas práticas de conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar. Em 2016 foi reconhecida, pela 4ª vez, com o rótulo europeu de responsabilidade social. -----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe saudar a Gebalis pelo seu empenho na promoção dos direitos humanos e na promoção da igualdade e fazemos votos de que a Gebalis prossiga com o seu trabalho a nível da igualdade de oportunidades e da igualdade de género.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada, entretanto a Mesa registou várias inscrições para a 2ª ronda, com o anúncio que só tínhamos um orador inscrito, e também registámos a inscrição por parte da Câmara do Vereador Carlos Castro, que vamos inserir no final da 2ª ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários Senhores Vereadores, colegas Deputados, imprensa, público geral. -----

----- Temos um conjunto de Moções e Recomendações que, em geral, estamos de acordo com a maior parte delas embora com alguns comentários. -----

----- Eu começaria, relativamente à Recomendação pela reposição das condições de segurança da rua Damasceno Monteiro e aquilo que sucedeu de chamar a atenção para que trata-se de uma situação complexa, o Senhor Deputado Vítor Gonçalves já falou de várias questões que são relevantes, a questão da responsabilidade, a questão das obras que são feitas na cidade e que, neste momento, dispensam análise estrutural dos edifícios e as consequências que isso também tem ou pode ter no caso de eventos sísmicos. Em relação àquilo que foi falado, efetivamente nós recebemos o especialista de Sismologia em Comissão e eu até acrescentaria em relação àquilo que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves disse, uma curiosidade que nos foi transmitida nessa altura, que foi a questão de que, a cidade que sobreviveu ao pé *Amatrice*, sobreviveu porque tinha sido tratada em termos sísmicos com tecnologia que foi apreendida pelos italianos nas ilhas dos Açores, ou seja, nós temos o *know-how*, como fazer reabilitação sísmica que podia ser aplicado em Lisboa e isso, pura e simplesmente, está a ser desconsiderado, como uma lei que dá a liberdade para fazer reabilitações cosméticas portanto, nós estamos francamente contra isso e aquilo que aconteceu neste prédio se tivesse sido um abalo sísmico teria sido de uma gravidade, com certeza muito superior.

----- Relativamente à moção do PCP, relativamente à colina de Santana, nós, genericamente, estamos de acordo com ela mas fazia alguns matizes nesta matéria que é: nós, neste momento, efetivamente, aguardamos um estudo que nos diga o que é que é necessário em Lisboa e isso é um estudo que está pedido que está a empatar a progressão de qualquer decisão na colina de Santana e está a empatar também o avanço da reabilitação de uma zona da cidade. -----

----- Relativamente à questão dos hospitais, nós não sabemos se, estritamente, são necessários todos aqueles hospitais, mas não sabemos nem isso nem o contrário, não sabemos nada, porque aquilo que, neste momento nos foi prometido, que era uma análise do novo plano hospitalar, nunca mais acontece e, portanto, nós não podemos

tomar uma decisão relativamente ao que é que vai ser, se alguma coisa vai ser vendida, não vai ser vendida, revertida ou não revertida, não sabemos o que é que é necessário e a prioridade são as necessidades hospitalares, portanto, continuamos à espera dessa decisão, achamos que a questão do hospital Oriental não vai resolver tudo, vão ser necessários hospitais na colina de Santana, nomeadamente, como já referimos, na altura, a uma urgência geral...”

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Senhor Deputado tem que terminar, já esgotou o seu tempo e tempo cedido pelo MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Terminarei, obrigado. -----

----- E, portanto, a esperamos que este seja um assunto que fica decidido. -----

----- Relativamente à Recomendação do PEV, iremos votar a favor, ao selo das refeições, embora achemos que muito mais poderia e deveria ser dito. Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para o PAOD de hoje, além da saudação ao Dia Internacional da Mulher, apresentamos também uma recomendação pelo fim da desresponsabilização do Estado e da municipalização do ensino. -----

----- O ensino público é uma das mais relevantes conquistas do século passado em Portugal, para a qual muito contribuiu a Revolução de Abril. -----

----- Inequivocamente cabe ao Estado garantir um ensino que promova a qualificação, a inclusão e coesão social e a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

----- No entanto, ao longo dos tempos temos assistido a vários ataques à educação, nomeadamente através da desresponsabilização do Estado dessa função, como por exemplo através da municipalização do ensino.-----

----- Este processo, em que os municípios podem gerir os recursos educativos, o pessoal não docente, as atividades de enriquecimento curricular, entre outras áreas, pode pôr em causa a autonomia das escolas e da liberdade pedagógica e profissional, além de poder comprometer a educação pública universal e, até, nalguns casos, o seu carácter democrático.-----

----- Podemos também estar perante a promoção de um currículo espartilhado, que poderá pôr em causa a unidade e a homogeneidade de um currículo universal.-----

----- Este processo pode abrir portas à contratualização e privatização de vários serviços da Escola Pública, pois as autarquias ficariam com responsabilidades às quais não conseguiriam dar resposta. -----

----- É necessário ter em conta as realidades particulares de cada escola/agrupamento, permitindo uma adequada adaptação às circunstâncias, mas isso em nada colide com a responsabilidade do Estado central que deve imperar sobre o ensino público.

----- Para Os Verdes, é inaceitável que o ensino público se possa pautar por critérios de eficiência económica que se podem traduzir na diminuição de qualidade do serviço prestado aos alunos. -----

----- A este propósito, relembramos que, em Portugal, o histórico da transferência de competências para as autarquias se tem traduzido em problemas de financiamento, com recursos insuficientes. -----

----- Por tudo isto, recomendamos que a Câmara reconheça a necessidade de valorização e defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade, que reitere junto do Governo a urgência de reforçar as verbas do Orçamento de Estado destinadas à valorização da escola pública e à prossecução dos princípios consagrados na Constituição da República e que rejeite a municipalização do ensino e qualquer medida que ampute a autonomia das escolas, reivindicando o cumprimento das responsabilidades do Estado na promoção de uma escola pública promotora da igualdade, da qualidade e do desenvolvimento. -----

----- Por fim, apresentamos uma proposta para que a autarquia tome a iniciativa de criar a atribuição do Selo Escola Amiga da Nutrição e Alimentação nas Escolas de Lisboa. -----

----- Como sabemos, a alimentação tem efeitos diretos na saúde e no bem-estar. Em idade escolar, é um dos fatores determinantes para um crescimento equilibrado, o desenvolvimento e a promoção da saúde das crianças e jovens. -----

----- As escolas, onde as crianças passam uma parte significativa do dia, são um local privilegiado e decisivo para a promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, pelo que têm a responsabilidade de fomentar uma alimentação saudável. -----

----- O objetivo deste selo de qualidade é incentivar, através de uma distinção pública, a implementação de um conjunto de normas para uma alimentação saudável nos refeitórios escolares e noutros locais de venda de alimentos dentro da escola. -----

----- No entendimento de Os Verdes, seria importante que a Câmara, em articulação com os Agrupamentos de Centros de Saúde, tomasse a iniciativa de atribuição de um Selo Escola Amiga da Nutrição e Alimentação para as escolas tuteladas pelo Município, à semelhança do que já se verifica noutros estabelecimentos de ensino do país. -----

----- Para terminar, relembramos à mesa que subscrevemos a moção nº 1 do PCP – Pela reversão do processo de venda à ESTAMO dos Hospitais da Colina de Santana.”----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem agora a palavra o Vereador Carlos castro, por parte da Câmara para encerrar a 2ª ronda.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, face às várias intervenções e a duas Recomendações que aqui foram apresentadas, face àquilo que aconteceu na rua Damasceno Monteiro, em 1º lugar, tenho que destacar a intervenção dos Deputados do Partido Socialista, do CDS e do Bloco de Esquerda pelo elogio que prestaram aos

Serviços de Segurança do Município, o caso do Regimento de Sapadores Bombeiros, do Serviço Municipal de Proteção Civil e a Polícia Municipal, porque, de facto têm tido, desde o primeiro momento, uma intervenção exemplar do apoio à população que sofreu com esta situação. -----

----- O 2º ponto prende-se com as intervenções quer do Senhor Deputado Vítor Gonçalves quer do Senhor Deputado Miguel Santos, não vamos confundir as coisas não se trata aqui de nenhum terramoto, já tive a oportunidade de, em reuniões de Comissão, dialogar e debater com Vossas Excelências estas questões e, portanto, no âmbito daquilo que é o trabalho da proteção civil, mas não vamos fazer aqui misturas, isto não se tratou de um terramoto, tratou-se de um aluimento e, portanto, uma queda do muro e, portanto, não façamos disto uma mistura. -----

----- Por outro lado também pôr a par Vossas Excelências daquilo que aconteceu e o que está a acontecer. Vejo vários Deputados preocupados, e bem, essa também é uma preocupação da Câmara Municipal com a questão do apuramento das responsabilidades, mas sejamos objetivos com os factos. E os factos foram, face ao aluimento que se verificou na passada segunda-feira, a prioridade era apoiar e realojar as pessoas que foram afetadas pelo aluimento do muro e essa etapa inicial foi plenamente garantida, seja por instalação numa unidade hoteleira, seja por instalação em casa de familiares e agora, precisamente, dada a questão da complexidade da intervenção, nós já estamos a equacionar, em conjunto com a Associação de Alojamento Local e, portanto, os moradores também já estão a par daquilo que se está a passar de neste período de várias semanas em que vai decorrer a intervenção que é o 2º ponto, as pessoas poderem ter uma normalidade básica que, de facto, num hotel ao fim de 2, 3 dias estas condições não se garantem e, portanto, estamos a trabalhar, em conjunto com a Associação de Alojamento Local no sentido de as pessoas permanecerem numa casa onde possam estabelecer a sua regularidade quotidiana, mas, portanto, para fazer só uma pequena, um pequeno enquadramento da questão da prioridades, com a 1ª questão da segurança das pessoas, assumimos, uma 2ª da intervenção da obra, que já assumimos e estamos a desenvolver no terreno e uma 3ª fase, essa sim, de apuramento de responsabilidades e, portanto, importa focar estas 3 áreas para saber bem o que é que temos que fazer, se começarmos a inverter muito o debate e colocarmos a questão do apuramento das responsabilidades, em vez de colocarmos a condição das pessoas à frente, nós teremos mais dificuldade e, portanto, nós estaremos, e estamos, a fazer aquilo que é essencial, neste momento, e portanto a Câmara, em momento algum, falhou à sua responsabilidade, desde logo, em termos de apoio à população. -----

----- E para concluir, Senhor Presidente, destacar também o apoio que as Juntas de Freguesia, nomeadamente, a Junta de Freguesia de São Vicente e a Junta de Freguesia de Arroios, nas pessoas das Senhoras Presidentes, têm prestado também apoio aos moradores, tem sido determinante de forma a que as pessoas, em termos locais, sintam que há um apoio, não só da Câmara, como também da Junta, a tudo aquilo que são as suas necessidades, neste momento de adversidade e que uma vez restabelecida a situação de segurança, as pessoas possam, em breve, regressar a suas casas. -----

----- Mas, de qualquer forma, só registar uma vez mais, agradecendo ao Bloco de Esquerda, ao PS e ao CDS o registo pelo um magnífico trabalho que os serviços do Município têm desenvolvido e que não falharam em nenhum momento, Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, vamos iniciar agora a 3ª ronda, temos inscritos para a 3ª ronda Deputado Municipal Manuel Lage e a Vereadora Paula Marques. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta intervenção visa dois dos documentos que estamos aqui a apreciar, em concreto a Recomendação número 3 do PEV acerca da desresponsabilização do Estado e da Municipalização do ensino para fazer apenas 2 reparos. O 1º de que esta Municipalização como o PEV lhe chama, contém em si uma enorme confusão de conceitos porquanto o Município é, as autarquias locais, também são Estado e que até hoje, não achámos que o PEV fosse contra o Municipalismo enquanto figura de governação do país. O reforço de competências das autarquias locais é, para nós, fundamental como o reforço das competências no caso das escolas é tão importante quanto o reforço das competências que se têm vindo a verificar nas Juntas de Freguesia ou nas Câmaras Municipais, aliás, quem conhece, e como disse a Senhora Deputada Cláudia Madeira, quem conhece também as escolas como as autarquias locais? Quem conhece a proximidade? Quem conhece o que se passa nas escolas tão bem como as Câmaras Municipais? E, portanto, não nos revemos naturalmente naquilo que é uma articulação que pode ser entendida como demagógica e populista e a própria associação economicista que é feita ao longo desta Recomendação, que é feita entre a questão economicista, a qualidade, a delegação de competências que existe entre a gestão de proximidade que tantas vezes é daqui de cima, defendida por parte do PEV e de outras forças políticas nesta Assembleia, que certamente votarão favoravelmente o documento em análise. ---

----- Aquilo que o Partido Socialista defende é efetivamente uma escola pública de qualidade, defendemos uma escola pública e uma gestão de proximidade, uma gestão e um futuro melhor para as nossas crianças e, por isso mesmo, votaremos contra que não haja a possibilidade de a Câmara Municipal, dos Municípios, devidamente dotados de competências e de orçamentos de mais para fazer, possa fazer uma gestão eficaz daquilo que é o ensino e das nossas escolas.-----

----- Por outro lado, relativamente à Moção nº1 do PCP contra a reversão do processo de venda da gestão dos hospitais da colina de Santana. Bem, aqui a verdade é que o anúncio de construção do Centro Hospitalar de Lisboa Oriental, em 2017, é um facto, a construção do Hospital de Todos os Santos, aquilo que foi anunciado é que será construído o novo hospital com condições adequadas, com os serviços adequados, não estamos já espantados com o argumento de venda fictícia, da especulação imobiliária, do negócio imobiliário, é verdade que ouvimos aqui muitas vezes o PCP vir aqui falar

na discussão, na reflexão, na verdade na manutenção do *status quo* de ouvir de, no fim, vir dizer que é preciso agir. -----

----- Pois o Partido Socialista concorda com esta parte final. É, de facto, necessário agir e esta ação aqui concretiza, Senhores Deputados, com a concretização de obra, o acerto de contas far-se-á, efetivamente, no futuro. E esse acerto de contas far-se-á com as pessoas quando a obra estiver concluída e, por isso, o PS não quer mais reversões, não queremos reversões, queremos a construção de um novo hospital, como foi anunciado pelo Governo, queremos novas instalações, queremos novas acessibilidades na zona oriental da cidade de Lisboa, queremos mais e melhores condições para as pessoas, queremos que as pessoas da zona oriental da cidade de Lisboa tenham direito a condições de saúde, de vida. E é isso que nós pretendemos e, portanto, não acompanharemos o PCP na sua Recomendação. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora dar a palavra para a 2ª intervenção da Câmara no PAOD, a Vereadora Paula Marques, e é a última inscrição que nós temos no PAOD.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício boa tarde a todas e a todos. -----

----- Eu, muito sucintamente, queria só, pedi a palavra para falar a propósito da moção apresentada, pelo voto de saudação, perdão, apresentado pelo Partido Socialista. -----

----- Dizer que esta dimensão que foi destacada do trabalho da Gebalis é uma dimensão que penso que pouca gente, ou muito pouca gente, teria noção do trabalho que a Gebalis faz nesta matéria, na promoção, na discussão das questões da igualdade de género, muito em particular, interna e externamente, internamente a empresa, muito em particular, com se a conciliação daquilo que é a vida laboral com a vida familiar e a promoção que se faz da discussão dentro da empresa e, naturalmente, das medidas que tomamos para que essa conciliação seja uma realidade. -----

----- Mas também, aquilo que a Gebalis faz naquilo que é a sua relação com as comunidades nesta matéria e, portanto, agradecer esse reconhecimento, é um trabalho que, volto a dizer, muito pouca gente teria noção de que faria e do reconhecimento nacional e internacional que há nesta matéria. -----

----- E dizer, também, que é para nós motivo de orgulho que seu código de ética, esteja expresso seu código de ética, da Empresa Municipal, aquilo que é a rejeição à luz daquilo que também está na nossa Constituição a rejeição de qualquer tipo de discriminação, mas com enfoque em relação à discriminação de género e ao combate à violência de género. Obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- **VOTAÇÕES** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora, encerramos assim o período do PAOD, vamos passar à votação dos documentos. -----

----- Agradecia que se sentassem e que não entrassem no perímetro dos Deputados Municipais que vão exercer o direito de voto, os Senhores Assessores.-----

----- (O **Voto de Saudação n.º 5/134** – ‘**Ao trabalho da GEBALIS em matéria de igualdade e responsabilidade social**’, fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 5/134**, apresentado pelo PS. O Voto de Saudação n.º 5/134 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do BE, abstenções do PCP, CDS-PP, PEV e MPT, com os votos a favor de PS, PSD, PAN, PNPB e 6IND.-----

----- O CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto. -----

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- Vamos passar à votação o **Voto de Saudação n.º 6/134**, também apresentado pelo PS, e que foi admitido com o consenso de todos os Grupos Municipais. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 6/134**, apresentado pelo PS. O Voto de Saudação n.º 6/134 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB, 6IND. -----

----- (O CDS-PP associa-se ao Voto de Saudação n.º 6/134) -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 6/134** – ‘**Voto de Saudação pelos Resultados alcançados no Campeonato Europeu de Atletismo em Belgrado**’, fica anexado à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 1/134**, apresentada pelo PCP e subscrita pelo PEV. A Moção n.º 1/134 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PNPB, abstenções do MPT e 3IND, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN.-----

----- (A **Moção n.º 1/134** – ‘**Pela reversão do processo de venda à ESTAMO dos Hospitais da Colina de Santana**’, fica anexado à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- (3 dos Deputados Municipais Independentes estavam ausentes e não participaram nesta votação).-----

----- (A **Recomendação n.º 1/134** – ‘**Aluimento de terras na Rua Damasceno Monteiro**’, fica anexado à presente ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 1/134**, apresentada pelo CDS-PP. A Recomendação n.º 1/134 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB, 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 2/134** – ‘**Regularização do Estacionamento junto às Amoreiras**’, fica anexado à presente ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) --

----- Temos o pedido do PCP e do PAN também, que seja votado em separado o Ponto 3, portanto vamos votar em conjunto os pontos 1, 2 e 4? Não? Bem, é mais fácil votarmos todos em separado. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 1 da Recomendação n.º 2/134**, apresentada pelo CDS-PP. O Ponto 1 da Recomendação n.º 2/134 foi **aprovado por**

unanimidade, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 2 da Recomendação n.º 2/134**, apresentada pelo CDS-PP. O Ponto 2 da Recomendação n.º 2/134 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PAN e 3IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, 3IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 3 da Recomendação n.º 2/134**, apresentada pelo CDS-PP. O Ponto 3 da Recomendação n.º 2/134 foi **aprovado por maioria**, votos contra do PEV, abstenções do PCP, BE e PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 4 da Recomendação n.º 2/134**, apresentada pelo CDS-PP. O Ponto 4 da Recomendação n.º 2/134 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 3/134 – ‘Pelo fim da desresponsabilização do Estado e da municipalização do ensino’**, fica anexado à presente ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- Temos um pedido do CDS-PP e também do MPT para que o ponto 3 seja votado autonomamente. Os Deputados Independentes também querem a votação por ponto, portanto vamos votar ponto a ponto. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 1 da Recomendação n.º 3/134**, apresentada pelo PEV. O Ponto 1 da Recomendação n.º 3/134 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 2 da Recomendação n.º 3/134**, apresentada pelo PEV. O Ponto 2 da Recomendação n.º 3/134 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 3 da Recomendação n.º 3/134**, apresentada pelo PEV. O Ponto 3 da Recomendação n.º 3/134 foi **rejeitado**, votos contra PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, 6IND, não há abstenções, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **o Ponto 4 da Recomendação n.º 3/134**, apresentada pelo PEV. O Ponto 4 da Recomendação n.º 3/134 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 4/134 – ‘Selo Escola Amiga da Nutrição e Alimentação nas Escolas de Lisboa’**, fica anexado à presente ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação **a Recomendação n.º 4/134**, apresentada pelo PEV. A Recomendação n.º 4/134 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 5/134 – ‘Pela Reposição das Condições de Segurança na Rua Damasceno Monteiro’**, fica anexado à presente ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 5/134**, apresentada pelo PEV. A **Recomendação n.º 5/134** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 777/CM/2016 - 7.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; 1,5 X GRELHA-BASE – 51 MINUTOS: PARECER CONJUNTO DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES RECOMENDACÃO 5/132 (1ª E 5ª CP) SOBRE O 7.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA – TEMA 5** -----

----- (A **Proposta 777/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (Anexo da **Proposta 777/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes** relativa à **Proposta 777/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação da 05/132** relativa à **Proposta 777/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar na Ordem de Trabalhos para conclusão da Ordem de Trabalhos da anterior sessão.-----

----- Ponto 1: apreciação da Proposta 777/CM/2016, 7º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, nos termos da Proposta e das disposições regimentais que estão aqui plasmadas na Ordem de Trabalhos.-----

----- Tem a palavra a Câmara Municipal para introduzir o ponto. Senhor vice-Presidente Duarte Cordeiro tem a palavra.-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Referir que tive a oportunidade de se estar presente aqui na Assembleia Municipal para discutir com as Comissões o relatório da o 7º relatório da Reforma Administrativa, quero em 1º lugar, uma vez mais agradecer o trabalho de

monitorização feito pela equipa que tem esta responsabilidade, está ali o Senhor João Seixas e o José Manuel Rosa do Egipto, todo o trabalho que têm feito de motorização.

----- Este 7º relatório é um relatório que expressa, por um lado, aquilo que temos vindo transmitir e que de alguma maneira também revela que muitas das matérias que têm sido recomendadas pela Assembleia Municipal, têm vindo a ser ultrapassadas, há outras que eventualmente ainda não foram totalmente resolvidas, mas estão pelo menos com o processo de resolução em curso, lembro-me, por exemplo, das questões relativas às instalações, uma das matérias que, por exemplo, tem vindo a fazer parte, constantemente, das Recomendações, diz respeito às instalações, há dois casos mais evidentes que ainda não estão resolvidos, que é o caso de Belém é o caso de Benfica, no caso de Benfica, ainda sem solução à vista, pelo menos totalmente, no caso de Belém, no que diz respeito ao posto de limpeza, já tivemos oportunidade, inclusivamente, de ir com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia ao local para apresentar uma solução que acho que é do agrado do próprio. Portanto, há um conjunto de Recomendações que têm vindo a ser acumuladas, algumas são transpostas de relatório para relatório, mas que é muito evidente neste relatório que grande parte delas já têm sido resolvidas.-----

----- Outro aspeto muito importante é a questão relativa à consolidação das competências das Juntas de Freguesia que começa a ficar absolutamente evidente que, apesar de termos uma reforma administrativa que tem tempo curto, porque quando comparadas com processos de descentralização que, nomeadamente, até a equipa tem vindo a analisar de outros países, se percebe que 3 anos é um tempo muito curto, um mandato é um tempo muito curto para consolidar totalmente uma reforma administrativa, ainda assim, a Reforma Administrativa de Lisboa demonstra uma enorme maturidade e uma enorme capacidade de, rapidamente, de ter sido assimilada por todos os intervenientes, quer do lado das Juntas de Freguesia quer do próprio lado Câmara, no que diz respeito à sua própria alteração no seu funcionamento por, no fundo, consequência da reforma administrativa.-----

----- A reforma administrativa teve várias fases, até do ponto de vista legislativo, ou seja, houve competências que não foram todas passadas ao mesmo tempo, houve alterações legislativas que alteraram as verbas para as Freguesias, mas também reforçaram as competências e também essa já estamos em fase de transmissão.-----

----- Por outro lado, é fundamental referir que, e este relatório também expressa, que em Lisboa existe a ambição para ir para além da reforma administrativa e denota-se aqui todo o processo da delegação de competências foi feito para além da reforma administrativa, que teve o seu ponto alto em Julho deste ano, com um grande pacote de delegação de competências, com um guião na referência de um conjunto de competências que, por princípio, devem ser delegadas nas Juntas de Freguesia e que, muitas delas, ainda não estão totalmente, no fundo, operacionalizadas porque ficaram conjunto de matérias ainda a aguardar futuros contratos de locação de competências, mas existiu aqui, no fundo, o montante muitíssimo significativo, de cerca de 20 milhões de euros, aliás, 27 milhões de euros, que durante o ano de 2017 corresponde

às verbas que a Câmara tem, no seu orçamento, para delegação de competências das Juntas de Freguesia. -----

----- Hoje as Juntas de Freguesia têm uma expressão muito grande de, no fundo, as Juntas de Freguesia, hoje, têm cerca de 3 mil trabalhadores, qualquer coisa como um terço do total dos trabalhadores, quando comparado com o Município, e isso é revelador da dimensão, da importância que as Juntas de Freguesia têm nesta realidade.

----- Tive a oportunidade de ver aquilo que foi o momento que arrancou a reforma administrativa, no fundo, a 10 de Março de 2014, na altura, o Presidente António Costa não só formalizava os autos de transferência para as Juntas de Freguesia, não só dava a chave da cidade a cada um dos Presidentes de Junta de Freguesia, com a expectativa e demonstrando confiança no processo da reforma administrativa, como tinha um discurso apologista da descentralização de competências do Estado para a autarquia, que era fundamental acompanhar o processo da Reforma Administrativa de Lisboa. Hoje, na semana em que nós vamos completar 3 anos da Reforma Administrativa de Lisboa podemos olhar para trás com orgulho, porque não só Juntas de Freguesia, hoje, apreenderam a totalidade das suas competências na reforma administrativa, subimos para além da reforma administrativa e demonstrar ambição para mais delegações de competências - e deixe-me só fazer um parêntesis para dizer que, da mesma forma que a reforma administrativa cresceu em cima de um conjunto de anos seguidos de competências delegadas da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, estamos absolutamente convictos que os pacotes de delegação de competências estabilizados, ao longo do período de um mandato, não terão outra consequência que não seja uma revisão da reforma administrativa, acrescentando as competências às Juntas de Freguesia - mas é importante não só isso, como hoje olhar para trás e perceber que também foi possível o processo de descentralização de competências do Estado para a autarquia. -----

----- Os 2 exemplos que António Costa deu naquela sessão, a 10 de Março de 2014, foram Polícia de Trânsito e a Carris. Hoje, a realidade é Polícia de Trânsito há na cidade de Lisboa, a Carris é uma competência da cidade de Lisboa, a reforma administrativa é um sucesso. Portanto, a olhar para trás e ver que os objetivos com que nós sonhámos são uma realidade, é um mérito de todos que inclui todos os elementos da Assembleia Municipal, todos os Presidentes de Junta de Freguesia, só temos razão para estar orgulhosos da nossa cidade. -----

----- Portanto, devo-vos dizer que estamos, ainda assim, conscientes que é preciso monitorizar, de forma criteriosa e de forma, ao mesmo tempo, independente, o processo da reforma administrativa e daí estar em curso um estudo no que diz respeito, através de uma universidade, para inquirir os lisboetas sobre a sua própria avaliação da reforma administrativa, o que está a correr bem, o que está a correr mal, o que entendem que melhorou, o que entendem que piorou e, simultaneamente, faremos uma conferência, que penso que terá também internacional, durante o mês de Abril para, no fundo, não só pontuar o processo da reforma administrativa, de apresentar os resultados desse estudo que está a ser feito através de uma universidade, mas também para celebrar, aquilo que eu acho que deve ser celebrado, que é uma

grande reforma, uma reforma muito significativa no diz respeito ao nosso país e que tem sido um enorme sucesso a bem da população e a bem dos lisboetas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente da Câmara, a Mesa deu a tolerância dada a relevância do tema, partindo do pressuposto que quer o Partido Socialista ou o PNPN daria um minuto e meio à Câmara que não estava a ser registado, mas nós tomámos nota que foi um minuto e meio a mais e que teremos essa devida nota nas intervenções do Partido Socialista ou do PNPN. -----

----- Para apresentar o relatório das Comissões, o Deputado Municipal Magalhães Pereira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, restantes membros da Mesa.-----

----- É notável, Senhor Presidente, o facto de que tanto o grupo de acompanhamento como a própria Câmara, aliás, o grupo de acompanhamento inclui-se dentro da esfera da Câmara, foram tomando atenção às Recomendações que esta Assembleia que a Comissão, as Comissões e esta Assembleia têm produzido com resultados que entendemos muito positivos. Sobram ainda alguns, relativamente aos 7 relatórios anteriores, que ainda não estão completos e como tal estão individualizados nestes 7 pontos que eu vou passar a ler, ao qual acrescem os pontos suscitados pelo último relatório, portanto, com a sua licença, Senhor Presidente, vou passar a ler as Recomendações. -----

----- Recomenda-se portanto à Câmara Municipal: -----

----- 1. A intensificação da distribuição à população da mais completa informação, sob critério idêntico ao adotado aquando da apresentação das circunstâncias na Reforma Administrativa, o Guia do Município em suporte papel, em termos que assumam o ponto de vista do utilizador a as significativas dificuldades de obtenção da informação exatamente pretendida pelo cidadão interessado, isto na sequência daquilo que o Senhor Vice-Presidente acaba de informar a Assembleia;-----

----- 2. A definição, em conjunto com as Freguesias de Lisboa, da fronteira, uma fronteira fina e clara, entre as obras de natureza estruturante e não estruturante, de forma fina e pragmática;-----

----- 3. A especial atenção quanto à necessidade de consciencialização dos diversos Serviços municipais das novas competências das Freguesias, permitindo a assimilação da sua legitimidade executiva e administrativa;-----

----- 4. O apoio às Freguesias na substituição progressiva dos materiais e equipamentos transferidos e que se revelaram defeituosos ou obsoletos;-----

----- 5. O reajuste dos recursos financeiros disponíveis nas Freguesias e que prejudicam o seu equilíbrio orçamental;-----

----- 6. A generalização de um modelo-base, normalizado e equilibrado para os Contratos interadministrativos com as Freguesias, para delegação de competências em

áreas estruturantes, incrementando essa prática de forma tipificada e equitativa, baseada em índices consensualizados, característicos de cada Freguesia; -----

----- 7. Resolva até ao fim do presente Mandato Autárquico, as situações de instalações insuficientes, veja-se a Freguesia de Benfca e a Freguesia de Belém, ou de qualidade perfectível noutras Freguesias da cidade. -----

----- Senhor Presidente, complementarmente mas solidariamente a estas Recomendações, o 7º relatório recomenda ainda à Câmara o seguinte: -----

----- 1. Conclua o processo de melhoria das aplicações digitais móveis, comuns à Câmara e às Freguesias; -----

----- 2. Acentue a cooperação institucional com as Freguesias em termos até aqui menos desenvolvidos, especificamente na área social e cultural, espaços verdes, educação e ocupação da via pública; -----

----- 3. Complete a transferência para as Freguesias dos processos de Licenciamento. --

----- 4. Melhore o funcionamento da concretização de ocupações do espaço público; ---

----- 5. Assegure que o Inquérito à População, a efetuar no âmbito de processo de Reorganização Administrativa, tenha em todas as suas fases e ações, representatividade estatística bastante; -----

----- 6. Proceda à remessa à Assembleia Municipal de Relatório-Síntese, contendo as conclusões obtidas pelos Grupos de Reflexão organizados. Aqui o termo ‘Grupos de Reflexão’ é uma tradição livre do termo utilizado no Relatório na língua inglesa. -----

----- 7. Produza e apresente um 8º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, com base nos elementos obteníveis até ao final do 1º trimestre de 2017. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados, senhores Vereadores, público presente. -----

----- Está em discussão o 7.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa que ditou a transferência dos meios e competências para as Juntas de Freguesia que está ao nosso escrutínio há mais de 2 anos e meio e se encontra agora a caminhar para a monotorização final. -----

----- A par deste relatório importava também fazer a monotorização do ajustamento das estruturas da própria Câmara Municipal por força da sua reorganização interna – saber qual o grau de proximidade e respostas dadas aos Lisboetas por parte dos seus serviços. -----

----- Saber do impacto desta reforma nos serviços da Câmara em consequência das profundas alterações na sua estrutura, é fundamental! -----

----- A posição do Bloco de Esquerda é clara e aqui o reafirmamos: ‘no quadro reforma administrativa da cidade, deve merecer particular atenção a orgânica dos serviços municipais. A articulação da reforma administrativa com a reorganização dos serviços municipais que deve contribuir para aproximar Lisboa e as suas freguesias de municípes e fregueses.’ -----

----- Todos sabem que o Bloco de Esquerda apresentou as suas próprias propostas mas que o Bloco Central presente na Câmara e nesta Assembleia, as barrou quanto à sua discussão: -----

----- Daí que tenhamos em sede do 6.º Relatório apoiado as recomendações de que se: -

----- 2. Produza e distribua à população para melhor e mais completa informação, sob critério idêntico ao adotado aquando da apresentação das circunstâncias na Reforma Administrativa, do Guia do Município em suporte papel, eventualmente sob a forma de prospeto ou volante. -----

----- 3. Proceda com urgência à efetivação de Inquérito Geral aos Agentes políticos e administrativos da cidade e à população de Lisboa, sobre a perceção dos resultados da Reforma Administrativa. -----

----- O que, isto que era do 6º Relatório, tarda a acontecer! -----

----- Em relação ao Inquérito Geral à população de Lisboa, agora previsto para o último relatório, sempre o considerámos de grande importância, na avaliação daqueles que em última instância devem ser os destinatários desta reforma. -----

----- A prestação de serviços de proximidade de qualidade! -----

----- Reafirmo o que o Bloco de Esquerda tem vindo a colocar sobre ‘Reorganização de Serviços aprovada, que esta se apresenta mais como uma etapa na via da externalização empreendida pelo executivo municipal que esta externalização tem vindo a assumir várias modalidades e destinatários, mas sempre com o objetivo, direto ou indireto, claro e final de retirar atribuições e prestação de serviços e de atividade da estrutura da Câmara Municipal, independentemente do novo prestador de destino.’ -----

----- É preciso cuidar dos recursos humanos da Câmara, aumentar o seu número e rejuvenescimento, até pelos constrangimentos resultantes das políticas do governo das direitas, percebemos a tendência na redução quer do número de postos de trabalho efetivamente ocupados, quer no número de vagas disponíveis, principalmente a nível dos setores operacionais, em 3 campos: -----

----- 1. Na redução dos trabalhadores por - transferência para as Juntas de Freguesia e para a EGEAC, por externalizações e concessões - o resultado tem-se traduzido na autarquia de Lisboa, na redução da sua capacidade operacional nas mais variadas áreas de intervenção pública; -----

----- 2. É fundamental resolver os processos atuais de pedido de mobilidade inter-carreiras e consolida-la em termos definitivos, iniciando a abertura já em 2017 de procedimentos concursais com vista à resolução dos vários processos de mobilidade, além de colmatar a carência de pessoal nos serviços onde a mesma tem sido identificada; -----

----- 3. Reafirmar que é preciso tomar medidas que invertam o envelhecimento dos trabalhadores na Câmara Municipal. A média etária ronda os 48 anos de idade e daí a necessidade de rejuvenescimento. -----

----- Ao nível da Assembleia da República, até por proposta do Bloco de Esquerda, foram dados alguns passos para que os problemas mais graves e profundos – no campo da mobilidade e recrutamento de pessoal - sejam ultrapassadas, mas é preciso mais. Aliás, como defende, também, o presidente nacional de municípios. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado, acabou o seu tempo, pedia-lhe que concluísse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vou terminar.-----

----- O Bloco de Esquerda realça a necessidade de se continuar a ouvir os trabalhadores, até porque ao chegarmos ou aproximarmo-nos do fim de um balanço ou avaliação quase final, em matéria dos trabalhadores, e em que terminou a transição de trabalhadores da Câmara para as Juntas, parece-nos abusivo e sem sustentação dizer-se que se estabilizou o quadro das freguesias e que se venceu (a expressão é minha!) a insegurança que se verificava então.-----

----- Dizer também ao Senhor Vereador, que neste momento está a conversar, que é verdade que existe, que o Senhor Vereador não disse que dos 2971 trabalhadores, 48% desses trabalhadores das Juntas são precários. Isto é uma situação inaceitável e é preciso corrigir e portanto, o Bloco de Esquerda apoia as recomendações aprovadas em sede de 1.ª Comissão contidas em sede de Parecer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente exercício, membros da Mesa, Senhor vice-Presidente, restantes Vereadores, caras e caros Deputados.-----

----- A reforma administrativa da cidade de Lisboa teve duas dimensões que eu diria que, hoje, são muito significativas.-----

----- Em 1º lugar, ela era de certa forma, visionária, porque procurava um mecanismo de readaptação daquilo que é o modelo de funcionamento da Administração Pública, procurando desenvolver aqui e reforçar mecanismos de proximidade.-----

----- Por outro lado, era aquilo também que se poderá dizer como promotora, porque parte daquilo que foi o processo da reforma esteve na cidade de Lisboa é um hoje, diria, livro de texto de referência para a reforma legislativa, no resto do país e, por isso mesmo há aqui um conjunto responsabilidades que devem ser tidas em conta e podem e devem ser analisadas de forma aprofundada, não tanto sobre tudo aquilo que correu mal, mas, sobretudo sobre aquilo que poderia correr melhor.-----

----- E uma das perspetivas que foi aqui já, de certa forma, visada pelo Senhor vice-Presidente foi que, no momento em que se decidiu avançar para a reforma administrativa da cidade de Lisboa, existiam grandes dúvidas sobre qual é que seria a capacidade real de as autarquias locais, nomeadamente as Juntas de Freguesia, poder levar avante aqueles desafios que lhes eram colocados, isto independentemente do facto de já existirem, em muitas outras zonas do país, e em algumas Freguesias da cidade de Lisboa, um conjunto significativo de protocolos de delegação de competências, que operavam exatamente aquelas que são atualmente as competências próprias das Juntas de Freguesia.-----

----- Ficou, por isso, uma grande fatia para compreender e essa fatia estava sobretudo direcionada com aquilo que é a manutenção do espaço público, seja do ponto de vista

da sua reparação e gestão, seja do ponto de vista da sua higiene. Aqui importa, se calhar, ir diretamente à questão que o Senhor vice-Presidente diz que é questão essencial, a questão que é, inclusivamente, está na origem de um levantamento de um estudo que a Câmara Municipal entende fazer sobre qual é a perspetiva e as preocupações que hoje, os moradores da cidade de Lisboa têm relativamente à reforma administrativa. -----

----- E sobre isto importa dizer algo, que a muito provavelmente, qualquer Presidente de Junta pode transmitir sem necessidade de fazer um referendo ou fazer uma sondagem junto da comunidade é, hoje em dia, aquilo que nós podemos verificar, é a total capacitação das Juntas de Freguesia para darem resposta às necessidades que foram colocadas e aos desafios que foram apresentados e, neste momento, a limitação que a própria reforma traz relativamente à intervenção no próprio espaço público, aliás, arriscaria mesmo a dizer à dimensão esquizofrénica que a comunidade, a população, diga-se, de uma forma geral, não entende sobre onde é que começam as competências de uns e terminam as competências de outros. -----

----- Por isso, aqui há que dar mãos novamente e há que compreender um processo fundamental em 1º lugar, há que compreender que as competências próprias das Juntas de Freguesia são competências que lhes são atribuídas por lei, neste momento e, portanto, a elas compete única e exclusivamente da sua execução e a elas deverão ser assacadas única e exclusivamente a responsabilidade por parte da população e não por parte de entidades terceiras. -----

----- E, em 2º lugar, se o Vice-Presidente, e esta aqui é particularmente importante, é o novo modelo de protocolos de delegação de competências que estão a surgir progressivamente. E dar atenção aqui que muitas vezes o problema não está já na dimensão da decisão política, apesar de podermos aqui criar alguns parenteses, porque ainda existem algumas entropias, mas sobretudo também nível dos próprios serviços, e a incompreensão desta transferência. -----

----- Importa, por isso dizer, Senhor vice-Presidente e que fique muito claro, as Juntas de Freguesia não são entidades subcontratadas pela Câmara Municipal para desempenhar protocolos de delegação de competências, tarefas que a Câmara Municipal delegou nas Juntas de Freguesia. Por isso não faz sentido que o órgão político ou o órgão administrativo Câmara Municipal de Lisboa, exerça uma competência fiscalizadora como se de uma subempreitada se tratasse, isto porquê, porque associada à dimensão da transferência de competências, há a responsabilidade da execução e o maior avaliador da responsabilidade da execução e da forma como ela foi executada é, incontornavelmente, a própria população, portanto, não faz sentido que um Presidente eleito de uma Junta de Freguesia esteja sujeito a mecanismos de fiscalização dos serviços da Câmara Municipal como se de um subempreitado, de uma subempreitada se tratasse, ou se nós Presidentes de Junta de Freguesia, fôssemos em algum momento subempreiteiros da Câmara Municipal de Lisboa, para desempenhar aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa reconhece que as Juntas de Freguesia fazem melhor. -----

----- Por isso o desafio que fica aqui, para terminar, Senhor vice-Presidente, a questão essencial é, de facto, não tanto o relatório sobre o passado, mas o como é que isto nos projeta relativamente ao futuro, e por isso fica o desafio, mais importante do que compreender unilateralmente como é que as competências devem evoluir, é fundamental que com estes relatórios e com esta construção, se compreenda como é que, em conjunto, e a partir daqui reforço, em conjunto, podemos construir não só o novo modelo de gestão administrativa da cidade que servirá para Lisboa, mas, inevitavelmente exemplo do resto do país, mas também como é que nós queremos que, a partir desta data, sejam feitos e desenvolvidos todos os mecanismos de colaboração para os protocolos de delegação de competências que venham a surgir. ---

----- Muito obrigado e agradeço a tolerância que me foi dada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Martins de Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Presidente em exercício, executivo camarário, caro público presente, trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- Apresenta-se a discussão, hoje, o 7º Relatório de Monitorização da Reforma Administrativa da cidade de Lisboa.-----

----- É bem conhecida a posição do PCP em relação à forma como foi gerido este processo um processo que é espelhado, também, neste relatório e que originou, como sabemos, a que quase 50% dos trabalhadores nas Juntas de Freguesia, são precários. Estão a ser praticadas e continuam a ser praticadas taxas completamente diferentes nas diversas Freguesias da cidade, no que respeita à atualização dos diversos equipamentos coletivos transitados, principalmente nos equipamentos desportivos, nas piscinas, em auditórios, etc.-----

----- Houve uma intenção clara da extinção de quase 30 Freguesias na cidade, existem sérios problemas na gestão do arvoredo em toda a cidade, não existindo, atualmente, uma visão integrada que existia na Câmara Municipal.-----

----- Perdeu-se a capacidade de articulação e aproveitamento de meios, pelo facto da gestão ter deixado de ser centralizada, dificultando a alocação de mais aos vários pontos da cidade, em caso de necessidade, nomeadamente situações de calamidade, catástrofe, situações excecionais, ou na organização de grandes eventos estruturantes para a cidade.-----

----- Persistem bastantes dúvidas no que a algumas competências dizem respeito, nomeadamente e, por exemplo, na área do licenciamento. Para além destas questões, o PCP não se esquece que os trabalhadores transitados, vivenciaram uma transferência da Câmara Municipal para as Freguesias sem qualquer capacidade de diálogo e sem poderem expressar a sua opinião e sem serem sequer ouvidos.-----

----- Para nós as reorganizações administrativas não se fazem por decreto e muito menos se podem fazer sem o envolvimento sério, empenhado e a participação das populações, dos trabalhadores e dos eleitos.-----

----- Por último, queríamos solicitar que, na Recomendação, na votação, que fosse feita a votação em separado do ponto 3. Muito Obrigado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente em exercício, Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados e público presente.-----

----- Estamos a apreciar o 7º Relatório do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, e os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa, como já disseram, consideram este processo de reforma administrativa, bastante positivo e, obviamente, que tem sido importante e, inclusivamente, servido o interesse da cidade, a gestão de proximidade que, no fundo, representa, trouxe melhor serviço às populações, isso é, obviamente inegável, já foi aqui dito, não só pelo próprio executivo com pela maioria das forças políticas, inclusivamente, alguns Presidentes de Junta que fizeram o seu testemunho e, obviamente e, como disse também o Senhor Vice-Presidente, grande parte da transferência deste núcleo duro de competências já está feito, ainda que, e gostaríamos sempre de assinalar, é importante o acompanhamento desta Assembleia Municipal e, particularmente, da 5ª Comissão relativamente a estas matérias.-----

----- Até porque existem Recomendações ainda por completar das quais estamos, obviamente, aqui para as relembrar da sua importância a cada uma delas, obviamente, e que relembramos sempre aqui, tem a ver com o guia do munícipe naturalmente que reconhecemos o facto de ele já ter sido criado no entanto, existem aqui dois aspetos importantes, portanto julgamos ser de extrema importância serem reforçados. Uma delas, obviamente, é que estes guias assumam o ponto de vista do utilizador, porque julgamos que ainda não são um modelo que esteja completamente adaptado a uma utilização pelo munícipe, portanto, ainda sendo de difícil consulta e contendo informação que podia ser melhorada e também já transmitimos esta informação à Câmara, em sede de Comissão, mas, acima de tudo preocupa-nos o facto de apenas ter sido feita uma tiragem de mil exemplares, sabemos, obviamente, que esta tiragem, esta primeira, foi para distribuição nas Juntas de Freguesia, mas dá uma taxa muito baixa de exemplares por Freguesia, e pedimos, obviamente, à Câmara para reforçar, primeiro fazer, obviamente, a reformulação do guia e poder reforçar esta tiragem que nos parece, obviamente, claramente insuficiente, não só para os munícipes, com para os utilizadores da cidade de Lisboa.-----

----- Outras Recomendações são aqui também e são aqui importantes relembrar, como ainda estando por cumprir, obviamente, a fronteira, a questão da definição da fronteira das obras de natureza estruturante e não estruturante, é uma matéria que acompanhou desde o início, e continua a acompanhar esta discussão, e também a necessidade de consciencialização dos diversos serviços Municipais para as próprias competências das Freguesias, porque não é só a nível dos munícipes, também, muitas vezes, a relação entre as 2 organizações entra aqui, por vezes, alguma indefinição em termos de fronteiras das suas competências.-----

----- Obviamente, a importância do constante revisão e ajuste dos recursos financeiros disponíveis, que é também um aspeto que é importante sempre ressaltar e, obviamente, acompanhamos as preocupações de outras forças políticas relativamente

à alta taxa de trabalho precário, que é um problema que esperamos que se venha a resolver, precisamente com o reforço das competências das Freguesias e que acreditamos que estas venham, no fundo, também endereçar este problema de uma forma positiva. -----

----- Existem, obviamente, Recomendações complementares e adicionais que surgem deste novo relatório e que foram também discutidas em Comissão e que acompanhamos. Relativamente, obviamente, às questões das aplicações móveis e não só que fazem a gestão de todo este processo, mas também a transferência dos processos de licenciamento que está ainda por apurar. -----

----- As duas nossas preocupações finais, uma delas é com o inquérito à população. Já foi aqui dito também pelo Senhor Vice-Presidente e, aliás, desde o início deste processo de reforma que está pensado um momento de inquérito, já várias vezes o dissemos aqui, e continuamos a reforçar, que não deveria ser agora o final 3 anos, ele já deveria ter sido implantado antes mas, no entanto, achamos positivo que, finalmente seja feito um inquérito à população, mas estamos preocupados com a representatividade estatística, porque os dados que nos apresentam neste 7º relatório, dão-nos uma representatividade de 0,4%, no fundo, de inquiridos relativamente à população de Lisboa, que nos parece muito baixa para poder apurar e, portanto, pedíamos à Câmara Municipal de Lisboa, também, que nos pudesse dar garantias de que existe representatividade estatística bastante neste inquérito à população, relativamente a esta questão. -----

----- Por fim, ficamos, obviamente, bastante entusiasmados com a possibilidade de haver uma conferência internacional sobre este tema é, de facto, uma matéria importante central e pedíamos aqui também, aliás, como o repto que fez o Senhor Vice-Presidente, que se fosse possível nesta conferência não só discutir o que foi a Reforma Administrativa de Lisboa, mas ir para além disso, talvez uma matéria interessante fosse discutir, precisamente, o modelo da Reforma Administrativa de Lisboa versus o modelo do país e, também, perceber como é que estas diferentes matizes.... -----

----- Vou terminar, eu termino então com esta sugestão à Câmara de reflexão e que inclusivamente fosse dado nesta conferência internacional a palavra, aos Presidentes da Freguesia para se poder pronunciar sobre esta matéria se, de facto, deve haver um modelo de descentralização, agora que ele está implantado, deve ser único, igual ou ele deve também prever algumas diferenças matizes seja dentro da própria cidade de Lisboa ou seja ao nível nacional por comparação com outros modelos podia ser uma reflexão, para irmos mais além, Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Deputado Municipal Sobreda Antunes vai beneficiar, para além do tempo do PEV, teve a cedência de tempo do Partido Comunista Português. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, muito boa tarde também restantes membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente, Vereadoras, Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas e funcionários.-----

----- Analisamos hoje o 7º relatório de monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa, o penúltimo, e que cobre o período até 30 de Setembro de 2016. Nele merecem ser destacados o habitual cuidado na sua organização e sistematização. Faltará agora apenas serem apresentados os resultados da ‘Inquirição aos Municípios e Principais Agentes da Cidade de Lisboa’. -----

----- Dois anos e meio decorridos após a assinatura dos autos de transferência de competências entre a Câmara e as 24 Juntas de Freguesia, será que o executivo conseguiu avaliar e seguir as recomendações da Assembleia e introduzir as sugestões de medidas corretivas apresentadas pelo GAMRAL (Grupo de monitorização do processo da reforma administrativa de Lisboa)? Ou será que subsistem parte significativa dos impasses constatados nos anteriores 6 relatórios?-----

----- Em primeiro lugar, é o próprio GAMRAL quem refere a pertinência das advertências que as Comissões da Assembleia Municipal produziram a propósito do anterior 6º relatório. -----

----- Por exemplo, no caso dos riscos de dispersão, fruto das aplicações informáticas próprias das Juntas divergirem entre si e das da Câmara, o GAMRAL constatou que persistem (cito) “uma série de insuficiências e/ou de desfasamentos” e “importantes assimetrias de registos em GESLIS e GOPI verificadas entre as diferentes Juntas” (p. 11). A “utilização de aplicações informáticas fechadas” entre os sistemas da Câmara e as Juntas constituem também um “risco potencialmente elevado”, bem como não haver uma “gestão de contraordenações” comum, ou de, no domínio do Licenciamento Zero, persistir a não interoperabilidade entre sistemas. -----

----- Mais à frente, aponta os processos de licenciamento configurando “uma séria desconformidade com os princípios legais”, com o licenciamento especial de ruído e a venda ambulante a carecerem de “urgente clarificação (...) de responsabilidades processuais através de respetiva regulamentação” (p. 15). -----

----- E no caso das fronteiras entre as obras de natureza estruturante e não estruturante, avisa o GAMRAL serem situações que continuam a não ser devidamente trabalhadas, recomendando aos serviços municipais o indispensável “estabelecimento de uma plataforma ou estrutura de governança racionalizada e permanente” (p. 16). -----

----- Em segundo lugar, são dados exemplos de monitorização. Nos que se reportam à Higiene Urbana, onde se mantinham “dificuldades nas áreas mais concretas da limpeza de sarjetas e de sumidouros”, detetam-se constrangimentos que se devem a insuficiências tecnológicas e avarias de material mecânico (p. 76).-----

----- Outro dos exemplos mais comuns reporta-se à gestão e manutenção de Espaços Verdes e Jardins, onde são visíveis “constrangimentos na manutenção de proximidade” (p. 85 e seguintes), conduzindo à externalização de serviços. A gestão do arvoredo de alinhamento mantém-se “com dificuldades”, com destaque para o Plano de Arvoredo de Lisboa, por desentendimentos de gestão relevantes entre a

Câmara e as Juntas, devido a resistências por parte dos executivos, e não por quaisquer responsabilidades desta Assembleia Municipal. -----

----- Ressalta aqui o desfasamento de estratégias na gestão ecológica integrada da cidade, mas também o facto de alguns planos da Câmara não serem “vinculativos para as Juntas” e a ausência de “uma estratégia e de uma cultura de boa interligação de responsabilidades e competências entre a Câmara e as Juntas, dificultando a resolução de questões (e o próprio) atendimento aos munícipes” (p. 87). -----

----- Também a gestão e manutenção do Espaço Público se debate com “uma série de elementos de natureza administrativa por resolver”. Sobressai a ausência de uma “cultura de subsidiariedade” e de “regulamentos comuns e outros instrumentos de adequada integração” (p. 89). Subsiste uma débil “articulação entre os serviços das Juntas e da Câmara”, não existindo uma “clarificação definitiva do que é estruturante e não estruturante”, assinalando-se dúvidas pertinentes nestes campos (p. 94). -----

----- Daí que o GAMRAL insista na “sistematização e aprovação de instrumentos fundamentais de base integradora” (p. 100). -----

----- Persistem ainda as discrepâncias do costume sobre os Equipamentos Desportivos permanecerem com diferenciais nas tabelas de preços e tarifas, em alguns casos aumentadas de forma relevante, facto que “têm sido objeto de diversas reclamações por parte dos munícipes” (p. 116). -----

----- E todas estas constatações se repetem na síntese de ‘Apreciação global’, insistindo o GAMRAL “na absoluta necessidade (...) de instrumentos de base regulamentar”, pois “permanecem evidentes dificuldades na sua construção, apresentação e apreciação conjunta” (p. 165 e 166). -----

----- Este 7º Relatório refere ainda a necessidade de “estabilizar os quadros de recursos humanos”, que se mantém perto dos níveis de 2015 (p. 30), mas omite a precarização gerada pelo processo de reforma em curso, designadamente, pela falta de inserção dos trabalhadores com vínculos precários nos Mapas de pessoal de algumas Juntas de Freguesia. -----

----- Em suma, o GAMRAL entende que a reforma administrativa está longe de estar cumprida, principalmente nos seus elementos mais estratégicos (p. 166). -----

----- Para concluir, agora dirigido às Comissões, que está ali na conversa, o Senhor Relator, como pode o parecer elaborado pelas Comissões intuir que o processo “tem decorrido de forma satisfatória para os interesses da cidade e dos seus cidadãos”? Ou que, com “a transferência de competências, recursos e meios, Lisboa estará hoje, melhor governada e melhor gerida”, quando são tão óbvias as fragilidades de uma reforma deficientemente ponderada, fruto da precipitação política da Câmara? Será que os autores, os relatores das Comissões e nós teremos lido e apreendido relatórios com conteúdos diferentes? -----

----- Senhor Vice-Presidente, com este jogo do empurra, onde cada executivo gere para seu proveito próprio, será tal postura benéfica aos munícipes? Para ‘Os Verdes’, persistem os impasses constatados nos 6 anteriores relatórios. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não temos mais inscrições. A Câmara está a pedir a palavra, presumo que o PNP e o Partido Socialista cedam tempo? Tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado aos partidos que cederam tempo. -----

----- Queria, na sequência das intervenções que aqui ocorreram, também dar resposta e, de alguma maneira, falar de algumas matérias que foram identificadas. -----

----- Em primeiro lugar, dizer que há um conjunto de Recomendações que a Assembleia Municipal faz, como é óbvio levaremos em conta, no que diz respeito ao que era a questão dos guias, que era as matérias que estão por resolver, como sempre o fizemos e, apesar de haver matérias por resolver, fomos sempre tendo a capacidade de ir diminuindo os assuntos pendentes da reforma administrativa. -----

----- Segundo, dizer que só para responder a uma questão que foi colocada, que nós, no fundo, fizemos um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa para elaboração do estudo e que o inquérito oferece-nos todas as razões para, do ponto de vista daquilo que é a credibilidade e a sua representatividade, tem 95% de intervalo de confiança para toda a cidade, portanto, acreditamos que está em linha com aquilo que são estudos que são feitos e com os inquéritos que são feitos nesta, no fundo, nestas áreas.

----- Depois dizer, que me esqueci também de dizer, e queria aproveitar para falar um bocadinho sobre as questões das aplicações informáticas, que foi respondido na Comissão, mas respondo aqui outra vez, que também está em processo de conclusão, no fundo, a adaptação de aquilo que é o GOPI às Juntas de Freguesia que já têm, entretanto da Comissão, da reunião da Comissão à data de hoje, já houve um conjunto de Freguesias que também anunciaram os seus próprios instrumentos de, no fundo, para os cidadãos colocarem as ocorrências, havia Freguesias que já o tinham há bastante tempo. A Câmara Municipal está a desenvolver uma aplicação que está prestes a concluir e que é compatível com todas as existentes e, simultaneamente, permitirá ser um instrumento para as Freguesias que ainda não têm esse tipo de instrumento e que também estamos a trabalhar na ligação das várias aplicações. -----

----- Dizer, no que diz respeito ao futuro, primeiro que há uma matéria que é muito importante, que é a questão de acentuar o trabalho qualitativo da reforma administrativa, e isso pressupõe, como aqui foi dito por muitos dos Senhores Deputados, um trabalho em conjunto do ponto de vista dos regulamentos da cidade e garantir que os regulamentos da cidade são, naturalmente, assumidos por todos os intervenientes, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia nas respetivas áreas de competência. Penso que houve uma altura em que se criaram aqui, penso eu, continuo a dizer, houve aqui alguma desinformação e houve aqui reações que, hoje, quando olhando para trás, para determinadas matérias, são possíveis de ser ultrapassados e eu espero que a Assembleia Municipal e cada um de nós, tenham essa vontade e mesmo a disponibilidade para ultrapassar os obstáculos, para alguns dos regulamentos finalmente serem provados. -----

----- Por último, dizer que no que diz respeito ao futuro e à organização das competências delegadas, dizer que a Câmara Municipal tem também pensado de que forma é que nós podemos tornar o processo da delegação de competências mais, no fundo, mais previsível, é mais estável e, simultaneamente, mais organizado. Uma das possibilidades que nós temos equacionado é, no futuro, num futuro mandato, trabalhar no horizonte do próprio mandato no que diz respeito aos contratos de delegação de competências e, da mesma forma que se pode pensar de uma forma estruturada da fiscalização dos próprios contratos, porque ela tem sempre que existir, a questão é a forma como ela é feita, também pensar de que forma é que a própria Assembleia Municipal na relação com a Câmara com estes contratos de delegação de competências, não é possível trabalharmos no horizonte do mandato, ou seja, a possibilidade de existirem autorizações de despesa pelo mandato para as áreas que são identificadas como as áreas de possível contratos de locação de competência que, depois, tendo um teto anual do ponto de vista daquilo que é o seu orçamento, possam ser inscritos, no fundo, as tipologias de contrato que as Freguesias entendam, dentro daquilo que são as áreas que elas próprias ou já trabalham, ou tenham vontade de trabalhar no que diz respeito às delegações de competências. -----

----- Portanto, acho que está na mão de todos a possibilidade de tornar este processo mais estável, mais organizado e mais previsível. Isso não impede que não surjam, por vezes, contratos de delegação de competências que não estavam previstos nesse pacote e podemos sempre trabalhar com contratos de delegação de competências que surgem dentro de oportunidades concretas, políticas que têm que ser resolvidas no momento. Mas acho que é possível estabilizar um núcleo duro de competências delegadas e trabalhar no horizonte de um mandato. Isso era muito bom para as Juntas de Freguesia, era muito bom, talvez, para a própria Câmara Municipal, do ponto de vista daquilo que eram as próprias Finanças e também permitiria, se calhar, tornar mais inteligente e, ao mesmo tempo, mais a tranquilo, o processo de fiscalização e das próprias competências delegadas. -----

----- Eu concordo que nós não devemos olhar para as Freguesias com prestadores de serviços da Câmara, mas a Câmara não pode nunca deixar de cumprir aquilo que está definido na lei na forma como nós fiscalizamos as competências delegadas. Há um mínimo que está estabelecido e nós temos que o cumprir. -----

----- Por último, só dizer que continuam a existir bloqueios na lei. Por vezes, existe a possibilidade de haver competências que o Município até quer delegar nas Juntas de Freguesia, mas que a lei impede, não a lei da reforma administrativa da cidade de Lisboa, mas a lei geral no que diz respeito aos contratos de delegação de competências dos Municípios para as Autarquias. -----

----- Também sobre essa perspetiva acho da mesma forma que Lisboa teve sempre a capacidade de ir desafiando o legislador para abrir caminho para um processo de descentralização acho que, por exemplo, na lei nº75 penso que nós podemos, também, trabalhar na perspetiva de abrir horizontes na delegação de competências e aí sim, já com efeito nacional, porque trabalhamos na perspetiva de haver competências que sejam possíveis de ser delegadas em Lisboa, mas que também façam sentido noutros

locais, portanto, eu acho que as áreas de delegação de competências da lei nº75, na minha opinião, podem ser revistas e alargadas, e acho que Lisboa pode dar um contributo em relação a esse mesmo processo legislativo e dessa forma, simultaneamente, estaremos a trabalhar no reforço da descentralização em Lisboa, mas também num contributo para aquilo que é um processo descentralizador a nível nacional. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da Recomendação 5/132 oriunda da 1ª e 5ª Comissões Permanentes desta Assembleia sobre a Proposta 777/CM/2016, 7º Relatório de monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa. -----

----- Vamos, conforme o pedido feito pelo Partido Comunista Português, votar autonomamente o Ponto C3 do texto da Recomendação, que eu vou passar a ler: ‘Complete a transferência para as Freguesias dos processos de Licenciamento’, portanto, não há dúvidas sobre o Ponto que vamos voltar autonomamente?-----

----- Voto **do Ponto C.3. da Recomendação nº 5/132** – ‘7º Relatório de monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa’ relativa à Proposta 777/CM/2016. O Ponto C.3. da Recomendação nº 5/132 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra PCP e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, BE, CDP-PP, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Voto **dos restantes Pontos da Recomendação nº 5/132** – ‘7º Relatório de monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa’ relativa à Proposta 777/CM/2016. Os restantes Pontos da Recomendação nº 5/132 foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Portanto os restantes pontos são aprovados por unanimidade e o conjunto da Recomendação mantém a sua integralidade porque todos os pontos foram aprovados.”

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 738/CM/2016 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES E ENTIDADES DO FÓRUM DO ILUMINISMO, BEM COMO A ACEITAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL BEM COMO DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 53.º, APLICÁVEL POR REMISSÃO DO N.º 3, DO ARTIGO 56.º, AMBOS DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE. RECOMENDAÇÃO 6/132 (7ª CP) SOBRE A PROPOSTA 738/CM/2016 – TEMA 7** -----

----- (A Proposta 738/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVII e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Anexo de compromissos e cabimento relativo à da Proposta 738/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Anexo (INF/7/DMC/DPC/GEO/16) da Proposta 738/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 7ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 738/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação da 06/132** relativa à **Proposta 738/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar o ponto 2 da Ordem de Trabalhos, a apreciação da Proposta 738/CM/2016, adesão do Município de Lisboa à Associação Internacional de Cidades Entidades do Fórum do Iluminismo, bem como a aceitação dos respetivos estatutos. ---

----- Quem é a que apresenta a Proposta por parte da Câmara? Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, ou a Câmara prescinde? A Câmara prescinde.-----

----- Tem um projeto de Parecer da 7ª Comissão Permanente, foi relatora a Deputada Simonetta Luz Afonso. Quer apresentar? Não está? A 7ª Comissão quer apresentar? Não, ninguém.-----

----- Não temos inscrições também sobre este ponto, portanto, vamos passar à votação da Recomendação 6/132 oriunda da 7ª Comissão Permanente.-----

----- Voto da **Recomendação nº 6/132** relativa à Proposta 738/CM/2016. A Recomendação nº 6/132 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Vamos passar à votação da Proposta.-----

----- Voto da **Proposta 738/CM/2016** – ‘Adesão Associação Internacional Cidades Entidades Fórum Ilusionismo’. A Proposta 738/CM/2016 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 752/CM/2016 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE FRAÇÃO AUTÓNOMA A CONSTITUIR NO PRÉDIO SITO NA RUA SÃO JULIÃO N.ºS 86 A 94 E 96 A 106 E NA RUA DA PRATA N.ºS 45 A 51, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE**-----

----- (A **Proposta 752/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 752/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, a apreciação da Proposta 752/CM/2016, ‘celebração do contrato de promessa de compra e venda de fração autónoma a constituir no prédio sito na Rua São Julião números 86 a 94 e 96 a 106 e na Rua da Prata números 45 a 51’, nos termos da Proposta e das pessoas e das disposições legais que estão plasmadas na Ordem de Trabalhos. -----

----- Temos um Parecer da 1ª Comissão Permanente, Deputado Municipal Hugo Lobo. Também prescindem da apresentação deste Parecer.-----

----- Não temos inscrições para este Ponto da Ordem de Trabalhos, vamos passar à votação a Proposta 752/CM/2016. -----

----- **Voto da Proposta 752/CM/2016** – ‘celebração do contrato de promessa de compra e venda de fração autónoma a constituir no prédio sito na Rua São Julião números 86 a 94 e 96 a 106 e na Rua da Prata números 45 a 51’. A Proposta 752/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do CDP-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 753/CM/2016 - LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA MUNICIPAL SITA NA RUA GONÇALO VELHO CABRAL, NOS TERMOS NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª E DA 3ª COMISSÕES PERMANENTES**-----

----- (A Proposta 753/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 753/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 3ª Comissão Permanente relativa à Proposta 753/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos para este poste, já temos inscrições apreciação da Proposta, 753 passa de 2016, ‘lançamento de uma Hasta Pública para a alienação de uma parcela municipal sita na Rua Gonçalo Velho Cabral’, nos termos da Proposta e das disposições legais invocadas. -----

----- A Câmara quer apresentar as suas Propostas? Prescinde. -----

----- Há Parecer da 1ª Comissão, o Deputado Municipal Hugo Lobo, a 1ª Comissão também prescinde da apresentação, vamos dar a palavra aos oradores inscritos. -----

----- Senhor Deputado Vítor Gonçalves tem toda a razão, também há Parecer da 3ª Comissão, eu não tenho é a indicação se o relator é diferente e, portanto, eu presumi que seria um relatório conjunto. E que o Deputado Municipal Hugo Lobo ou que as Comissões não prescindiram. Pretende apresentar o relatório em nome da Comissão?--

----- Portanto, tem a palavra enquanto Deputada Municipal inscrita a Deputada Margarida Saavedra.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras secretárias, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Diz o Ponto 4 da presente Proposta: ‘Para este terreno, com uma área total de 12.156,70 m² foi desenvolvido estudo urbanístico interno que prevê a constituição, por desanexação, de duas parcelas, uma, destinada a equipamento, com a área de 8.274m²(...) e outra com a área de 2.385,99m²’.-----

----- Senhores Deputados, a soma destas 2 parcelas, dá 10.659 m², o que significa que faltam 1.497m² para perfazer a área total do terreno. Atendendo a que a área que não vai à praça está certa, porque diz que corresponde a 19,6 por cento da área total, efetivamente e uma área de 2.385m², significa que a área que vai agora hasta pública, não é efetivamente de 8.274 m², mas de 9.724 m², portanto, existe aqui um erro de 17 por cento em desfavor da Câmara e se os cálculos para esta área foram feitos com base neste número, significa que estão errados. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, nós só estamos em condições de votar esta Proposta quando alguém da Câmara nos explicar o que é que aconteceu aos 1.497m² faltam nestas 2 parcelas. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Quanto à admissibilidade ou não da Proposta para votação, ela foi admitida pela Presidente da Assembleia Municipal e o Relatório das 1^a e 3^a Comissões também não obsta nada à admissão, mas naturalmente que a Câmara estará em condições de esclarecer as dúvidas colocadas pelos Senhores Deputado Municipais. -----

----- Vamos continuar com as inscrições. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- O Município de Lisboa é proprietário de um terreno expectante, sito no Restelo, Ruas Gonçalo Velho Cabral, Alvisse Cadamosto, Diogo de Silves e Pedro de Sintra, que o PDM classifica como “Espaço a Consolidar - Espaço de Uso Especial de Equipamento”, permitindo um uso complementar em 20% da parcela, desde que compatível com aquele uso principal. -----

----- O terreno a alienar, se as dimensões estiverem corretas, tem uma área total de 12.156,70 m², com estudo urbanístico que prevê a desanexação de duas parcelas: uma, com a área de 2.385,99 m², correspondente a 19,6% da área total de Uso Especial de Equipamento (que inclui habitação e comércio), a integrar no Programa Municipal de Renda Acessível; outra destinada a equipamento, com a área de 8.274 m² para construção máxima de 5.000 m². -----

----- Para os 19,6% prevê-se uso habitacional ao nível dos pisos superiores e usos de comércio e equipamento (creche), ao nível do piso térreo, mais 2 a 3 pisos em cave,

destinados a estacionamento privativo (Anexo II), pelo que não residirá aqui qualquer problema.-----

----- A alienação impende sobre os restantes cerca de 80% do terreno na Rua Gonçalo Velho Cabral, para os quais foram pedidas duas avaliações externas, a fim de apurar o valor base de licitação dessa parcela. -----

----- No debate na Câmara a vereação afirmou que o seu destino ainda não estava especificado, e eu vou pedir aqui um esclarecimento ao Senhor Vice-Presidente, sugerindo haver indicações sobre ‘manifestação de interesse’, supondo-se, de acordo com uma das plantas (Anexo I), que os 8.274 m² a alienar possam vir a ser destinados a equipamento escolar. Todavia, de facto, permanece por esclarecer o destino desse terreno a alienar. -----

----- Assim, sobre esta Proposta nº 753/CM/2016, ‘Os Verdes’ recordam o seguinte: ---

----- Em 1º lugar, o PEV não concorda que seja alienado património, como parcelas de terreno municipais, sem estarem definidos critérios prévios, como já aqui repetidamente afirmámos. Mesmo que não tenha sido aprovado o Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal, e mesmo que este já acolha parcialmente as Recomendações desta Assembleia nº 4/82 e a nº 1/83 ‘Para uma gestão patrimonial sustentada e sustentável’, deve ser antecipadamente definida, apresentada e votada, pelos órgãos do Município, uma Estratégia de Gestão Sustentável do Património Imobiliário Municipal, numa perspetiva de médio e longo prazo (5 a 10 anos), bem como reavaliada a lista de prioridades com a indicação dos valores dos eventuais ativos não estratégicos passíveis de alienação ou permuta. -----

----- Em 2º lugar, ‘Os Verdes’ acham preocupante que a Câmara prossiga uma política de alienação do património municipal, visando apenas a sua rentabilização por meio da captação de novos promotores imobiliários, como forma de angariar receitas extraordinárias para o saneamento financeiro do Município. -----

----- Em 3º lugar, o PEV não concorda com a venda de terrenos considerados estratégicos para o desenvolvimento local, nem no caso presente com a intenção da Câmara em destacar aquela parcela, tendo por base meras opções casuísticas. -----

----- Questionamos, por exemplo, foram ou não antecipadamente inventariadas as necessidades futuras de equipamentos coletivos na zona da Freguesia de Belém? O que significa a afirmação da vereação de que possui indicações sobre manifestação de interesse para eventual equipamento escolar? ‘Os Verdes’ pretendem também saber qual o uso concreto para esta parcela de terreno, identificada no PDM de Lisboa como ‘Espaço de Uso Especial de Equipamento a Consolidar’. A que uso se destina? Novo colégio privado? Superfície comercial? -----

----- Em suma, este processo representa uma nova tentativa de alienação de património público, sem que tenham ainda sido discutidos a ‘Estratégia para uma Gestão Sustentável do Património Imobiliário Municipal’ e concluídos os critérios a incluir no ‘Regulamento do Património Imobiliário Municipal’, nem revista a lista do eventual património passível de alienação ou permuta, nem feita uma avaliação de necessidades concretas para aquela zona da cidade. Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Importava que nesta discussão, 753/CM/2016, até porque já foi aqui levantada algumas questões pelo PSD que acho que seria importante que o autor desta Proposta, a Câmara Municipal, através do seu Vereador, estivesse presente para que pudesse esclarecer cabalmente esta Proposta.-----

----- Diria também que a um esta Proposta assume que vem na ‘continuidade da política de gestão dinâmica do património municipal enquanto condição da sua valorização e rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais assentam, desde logo, na identificação dos ativos suscetíveis de alienação e na definição do melhor momento para que sejam colocados no mercado, sempre com perfil orientado para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento da cidade e satisfação do interesse público;’ -----

----- Ora, neste momento em que está em discussão pública o Projeto de Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa, e em que já não se discute se é Estratégico ou não-Estratégico mas que ‘a alienação da parcela de terreno municipal não é necessária para o prosseguimento do programa da renda acessível, ou seja, criámos aqui um novo critério com esta Proposta.-----

----- Eu agradecia que o PSD se acalmasse talvez um bocadinho. -----

----- Só dizer que, criámos aqui com este conceito uma nova forma de ver a cidade que é o problema que isto já não é necessário para a ‘renda acessível’. E portanto afigura-se vantajosa para as condições de execução daquele programa. -----

----- O atual contexto de mercado é adequado para renovar a oferta de terrenos, sobretudo com as características daquele que agora se destinará a equipamento, assim prosseguindo a aposta na rentabilização e promoção dos ativos imobiliários municipais e a captação novos interessados.-----

----- E diria mais que, no caderno de encargos, o Município obriga-se a que, sem prejuízo do disposto no número anterior, o Município de Lisboa, e estou a falar do 4.5, designará técnicos habilitados na área do Urbanismo para apoiar os promotores no âmbito do licenciamento e criará uma via rápida para a apreciação destes projetos. -

----- Ora, com este conceito que é colocado aqui nas obrigações do Município, neste caderno de encargos, fica claro, mais uma vez, que primeiro, para esta Câmara Municipal, está o negócio em detrimento dos interesses da cidade e das gerações futuras.-----

----- As pessoas estão a ser expulsas das suas casas pela pressão do Imobiliário, pela especulação a que está sujeita. É notório que hoje arrendar ou mesmo comprar é quase impossível em Lisboa. -----

----- O Direito à Cidade ou à habitação estão em causa! -----

----- É necessário que a Câmara enfrente esta onda especulativa e não a ajude, com mais alienações casuísticas ao sabor do mercado. -----

----- Se o Regulamento do Património Imobiliário não servir para o lançamento de novas políticas de gestão dos solos e de planeamento de Cidade que enfrente a especulação e o dito mercado, servirá de muito pouco. -----

----- Tem de ser um instrumento de urbanização e reabilitação a custos controlados na cidade, que permita não só um equilibrado desenvolvimento da urbanização da Cidade, como permita intervir no mercado de arrendamento como instrumento de regulação. -----

----- Temos que pôr em execução uma nova e mais políticas estratégicas para a habitação e reabilitação que traga de novo as pessoas para a cidade, o trabalho e o desenvolvimento. A nosso ver, todas as bolsas de imóveis, para além da resposta imediata, devem possuir reservas necessárias para necessidades futuras, evitando assim privações e sujeições a pressões do mercado imobiliário no futuro.-----

----- Portanto, o Bloco de Esquerda entende que esta Proposta referida é inaceitável e que prejudica e lesa gravemente a cidade e o Município e também as pessoas. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Câmara quer usar da palavra? Portanto, a palavra ao Senhor vice-Presidente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, queria responder a algumas das intervenções que foram aqui referidas e depois, sobre a Proposta em si, fazer um pedido à Assembleia Municipal.-----

----- Dizer o seguinte, não obstante todos os esclarecimentos que serão prestados se a Assembleia Municipal concordar, nós entendemos que poderá ver aqui erros materiais na Proposta e como tal vamos solicitar à Assembleia Municipal que, se aceitar, adiar, digamos assim, para a próxima Assembleia Municipal a discussão e votação desta Proposta, para verificação se há ou não há erros materiais e a sua necessária correção, uma vez que nem a Câmara nem as Comissões detetaram, mas a intervenção da Senhora Deputada Margarida Saavedra foi suficiente para nos criar essa dúvida, portanto, íamos fazer essa solicitação. -----

----- Só queria responder, não queria deixar, no entanto, de responder a algumas intervenções que existiram, dizendo o seguinte: -----

----- Que fique absolutamente claro que o Município, em 1º lugar, tem tido uma política de aquisição de património e, portanto, há uma gestão que não é imobilista, o Município tanto adquire património como pode vender património, nós não temos uma visão imobilista do património do Município na cidade de Lisboa, portanto nós temos sim é objetivos, neste caso, em concreto, até fica absolutamente claro que parte do terreno que aqui está é um programa de rendas acessíveis. -----

----- Agora, nós não temos, eu não querendo fazer, sobre esta perspectiva, sobre esta Proposta, que fique absolutamente claro que há uma diferença, é que nós gostaríamos mesmo de dizer, também, qual é o montante do património que nós já adquirimos, é que nós também adquirimos muito património, eu nem sei se o saldo não é positivo, portanto, nós não podemos ter uma visão imobilista sobre o património. Eu percebo as considerações políticas, mas se dizem ao Município que tem que se ter uma estratégia

no que diz respeito ao aproveitamento, neste caso, em concreto, até é uma parcela significativa que está para o programa de rendas acessíveis.-----

----- Mas, pronto, ficará para uma 2ª volta, se concordarem, a explicação às questões todas que foram levantadas, penso que, nomeadamente, no que diz respeito a potenciais usos de equipamento, sendo que, obviamente, se vamos alienar, não nos compete a nós a definição dos potenciais usos de equipamento que só estão previstos ponto de vista de PDM. -----

----- No que diz respeito a esta Proposta em concreto, nós iremos solicitar à Assembleia Municipal, no fundo, se concordarem que pudessemos adiar e verificar se tem inconformidades para poder corrigir. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor vice-Presidente, portanto, fica registado as dúvidas expressas pela Deputada Margarida Saavedra, também a necessidade de melhor apuramento por parte da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, esta Proposta ficará adiada para uma próxima reunião se entretanto tiver sido esclarecido. -----

----- Em relação à intervenção há pouco, à parte do Senhor Deputado Vítor Gonçalves, eu depois estive aqui verificar que, de facto, era o próprio que era o relator do Parecer da 3ª Comissão.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 754/CM/2016 - PERMUTA DO PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA RUA DO ARCO DA GRACA N.ºS 6 A 12, PELO PRÉDIO PARTICULAR SITO NA AVENIDA 24 DE JULHO N.ºS 108 A 108ª, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª E DA 3ª COMISSÕES PERMANENTES**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar para o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, a apreciação da Proposta 754/CM/2016. -----

----- Senhor Vice-Presidente, Ponto 5 Proposta, 754/CM/2016, tinha suscitado em Conferência de Representantes a possibilidade desta Proposta ser adiada, portanto, era para questionar a Câmara se mantém essa intenção? Sim, portanto, sobre esta Proposta também carecia de algum aprofundamento em termos de debate e de intervenções, havia a possibilidade também de alguns Grupos Municipais, nomeadamente do Bloco de Esquerda, de apresentarem Propostas de Recomendação sobre esta matéria e, portanto, tinha sido alvo de debate, como é que íamos fazer. Fica também adiada para uma próxima reunião.”-----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 4/CM/2017 - AQUISIÇÃO DA FRAÇÃO “A” DO PRÉDIO SITO NA RUA MARQUES DA SILVA N.º 4 A 4D E RUA HERÓIS DE QUIONGA N.º 14A A 16, NOS TERMOS DA PROPOSTA**

E AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO N.º 1 DO ARTIGO 25. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; -----

----- (A **Proposta 4/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 4/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- Vamos passar ao Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, a Proposta 4/CM/2017, ‘aquisição da fração ‘A’ do prédio sito na Rua Marques da Silva, numero 4 a 4D e Rua Heróis de Quionga, número 14ªA a 16’, nos termos da Proposta das disposições legais que se encontram plasmadas na Ordem de Trabalhos. -----

----- Vamos dar a palavra à Câmara, se entender, ou se prescinde da apresentação da uma Proposta. -----

----- O Deputado Municipal José Casimiro é o autor do Parecer da 1ª Comissão tem a palavra para apresentar Parecer. Desta é sem tempo Senhor Deputado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- A Proposta 4/CM/2017, subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, é da aquisição da fração ‘A’ do prédio sito na Rua Marques da Silva, numero 4 a 4D e Rua Heróis de Quionga, número 14ªA a 16’, ao Banco Comercial Português, na Freguesia da Penha de França e num total de 700 mil euros.-----

----- Num outro ponto, é para atribuir à EMEL, esta fração, à Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento nos termos fixados na Proposta a 345/CM/2016 para a sua gestão e exploração desse estacionamento. -----

----- No Ponto 3 é aprovar desde já o contrato em minuta. -----

----- Como nós sabemos as Freguesias, neste caso, da Penha de França e de Arroios têm vastas carências de estacionamento para residentes. Têm 60 mil habitantes e, portanto, era necessário encontrar uma solução que, tanto mais, que um grupo de moradores do movimento Jardim Caracol da Penha entrou com uma Proposta no Orçamento Participativo, para esse lugar dar lugar sim, não a um estacionamento, mas sim a um jardim e, portanto, consegui, esse movimento, ter a maior votação de sempre em termos de votação e de, no fundo, exercer o seu direito democrático de participar e ganhou esta sua votação. -----

----- Em termos de forças políticas dizer que o relator, dizer que o Deputado relator considera que esta Proposta responde positivamente ao movimento do Jardim do Caracol que apresentou no Orçamento Participativo de 2016 a Proposta e era preciso então encontrar uma Proposta alternativa, já tinha afirmado que teve bastante participação e o Deputado relator considera, no entanto, no âmbito Parecer esta Proposta negativa no que diz respeito à atribuição à EMEL desta gestão de exploração do estacionamento, por considerar que esta gestão de estacionamento e tráfego deve

estar nas competências e no pelouro do Município e, portanto, é uma Proposta que é deixada à Câmara e que este Parecer foi aprovado por unanimidade. Muito obrigado.”-

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não temos inscrições e, portanto, vamos passar à votação da Proposta 4/CM/2017. -----

----- Voto **da Proposta 4/CM/2017** – ‘Aquisição da fração “A” do prédio sito na Rua Marques da Silva n.º 4 a 4D e Rua Heróis de Quionga n.º 14A a 16.’. A Proposta 4/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.” -----

----- **PONTO 7 – APECIAÇÃO DA PROPOSTA 23/CM/2017 - AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DAS FRAÇÕES AUTÓNOMAS “A”, “B” E “C” QUE CONSTITUEM O PRÉDIO SITO NA RUA DO GRILO N.ºS 133, 135 E 137 E RUA DA MANUTENÇÃO N.º 67, POR EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta 23/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 23/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXX e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 7, apreciação da Proposta 23/CM/2017, ‘aquisição pelo município das frações autónomas “A”, “B” E “C” Que constituem o prédio sito na Rua do Grilo n.ºs 133, 135 E 137 e Rua da Manutenção n.º 67, por exercício do direito legal de preferência’ -----

----- Temo-nos a Câmara para apresentar a Proposta.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para dizer que nesta Proposta, como na anterior, estamos a falar de aquisições estratégicas de imóveis por parte do Município de Lisboa, isto é gestão patrimonial. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Vice-Presidente, temos um Parecer da 1ª Comissão, o Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto de forma muito rápida, muito obrigado Senhor Presidente, acho que o Parecer é claro, que a discussão em Comissão também foi, e foi em Comissão que um conjunto de dúvidas foram tiradas.-----

----- Eu penso que o Parecer mostra a importância estratégica que esse tipo de frações têm, não só para a *Hub* do Beato, como também para aquilo que é a Freguesia do Beato.-----

----- A Câmara Municipal evitou que ficassem privados e que fossem depois usados para maus usos, do ponto de vista público e do ponto de vista daquilo que era a nossa noção de Freguesia.-----

----- Realço também que o valor daquilo que a aquisição que a Câmara Municipal vai fazer, tem um valor muito inferior àquilo que é a avaliação patrimonial que foi feita, porque trata-se do direito de preferência e que a Câmara Municipal a ficar com um bem que vai ter um custo de cerca de um terço daquilo que é o valor de património que foi avaliado uma série de empresas e, como tal, acho que é algo que não só é positivo para a cidade de Lisboa com também para toda a Freguesia do Beato.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, não registamos inscrições, portanto, vamos passar à votação da Proposta 23/CM/2017.-----

----- Voto **da Proposta 23/CM/2017** – ‘aquisição pelo município das frações autónomas “A”, “B” E “C” Que constituem o prédio sito na Rua do Grilo n.ºs 133, 135 E 137 e Rua da Manutenção n.º 67, por exercício do direito legal de preferência’. A Proposta 23/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **PONTO 8 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 12/CM/2017 - ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE REFERENTE À ADAPTAÇÃO DE DUAS SALAS DO EDIFÍCIO SITO NO CAMPO DE SANTA CLARA, N.º 60, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL PARA A PESSOA SEM-ABRIGO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**-----

----- (A Proposta 12/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª, 5ª e 6ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 12/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXIII e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Proposta 12/CM/2017, ‘adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente referente à adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo’, nos termos da Proposta e das disposições legais que constam da Ordem de Trabalhos. -----

----- Temos um Parecer das 1ª, 5ª e 6ª Comissões Permanentes, elaborado pelos Deputados Municipais Magalhães Pereira e Sofia Oliveira Dias, não sei se a Câmara quer apresentar a Proposta? A Câmara prescinde. -----

----- Não sei se querem apresentar Parecer? Também prescindem. -----

----- Portanto, vamos passar, não temos inscrições. Temos uma inscrição? Consideramos que a vinda para o púlpito é um ato de inscrição, mas já que o Grupo Municipal do Partido Socialista não tinha feito numa inscrição. -----

----- Tem a palavra a Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia Natalina Tavares Moura.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Tavares Moura (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, saúdo na sua pessoa todos os elementos da Mesa saúdo na pessoa do Senhor vice-Presidente todos os elementos da vereação, caros colegas, Senhoras e Senhores funcionários, público em geral e também a comunicação social, naturalmente, boa tarde a todas e a todos. -----

----- Inclusão, humanização, fraternidade. Palavras, cada vez mais presente no nosso vocabulário mas, por mais vezes que sejam repetidas, ou que nos apropriemos delas, são palavras que só vivem fora de nós e o seu verdadeiro significado só pode ser atribuído por aqueles que, dos nossos gestos, retiram sentido e conforto. O invoque das palavras são as ações e a nossa missão é fazer com que não sejam apenas palavras vãs. -----

----- No programa eleitoral do executivo que lidero e pelo qual fomos sufragados está o combate à exclusão social e num dos pilares da nossa candidatura, que passo a ler, o reforço do novo modelo de rede social de Lisboa, socorrendo-se dos meios disponíveis, dentro ou fora do seu próprio território assim, quando foi colocado o desafio de instalar a cantina social ao abrigo do Programa Municipal para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, a minha resposta só poderia ser positiva. Mais do que uma promessa eleitoral ou uma ação de lavagem de alma, o apoio social faz parte da minha matriz ideológica e é uma das marcas que o executivo que lidero procura deixar, pois comunga desta filosofia. -----

----- Abraçámos este projeto, a partir do momento em que foram reunidas as condições físicas, com a passagem dos alunos da antiga Escola Infanta Dona Maria para a nova Escola do Convento Sagrado, tornando-se assim possível a cedência de instalações para a iniciativa em apreço, acresce contarmos com a Associação João XIII, com a qual nos identificamos. -----

----- O espaço a utilizar fez sempre parte dos planos da resposta social e cultural para a Freguesia, pelo que a integração neste projeto é realizada de forma natural e consequência da própria identidade e missão enquanto Junta. -----

----- Em Santa Apolónia, parte da nossa unidade territorial e uma das entradas da cidade, é possível testemunhar esta face de Lisboa que muitos procuram esconder ou maquilhar e minimizar e que alguns procuram, efetivamente, mudar. -----

----- A assunção deste projeto vai ampliar a nossa participação, já desenvolvida em articulação com as delegações da AMI e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sediadas em São Vicente. É nossa missão conjunta, enquanto cidade, fazer com que o desenvolvimento do meio urbano, não seja sinónimo de um meio cada vez mais desumanizado, fechado em si próprio e alienado daqueles que nos rodeiam. Queremos fazer parte daqueles que fazem a diferença, contamos com o apoio de todos e cientes desta tarefa e, permitam-me, vocação, juntos fazemos São Vicente e juntos fazemos Lisboa. Bem hajam, tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigado Senhora Deputada. Vamos passar à votação. Proposta de 12/CM/2017. -

----- **Voto da Proposta 12/CM/2017** – ‘Alteração simplificada do Plano Diretor Municipal’. A Proposta 12/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- O Ponto 9º da Ordem de Trabalhos também está adiado, apreciação da Proposta 70/CM/2017 e, portanto, vamos passar ao último ponto do dia de hoje.” -----

----- **PONTO 10 - APRECIACÃO DO PONTO II DA PROPOSTA 32/CM/2017 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO PARTICULAR, A TÍTULO GRATUITO, SITA NA ESTRADA DE BENFICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO, N.º 1, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS. PARECER DA 1ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES** -----

----- (A Proposta 32/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª e 3ª Comissões Permanentes** relativa à Proposta 32/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXXV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Ponto 10º, apreciação do Ponto 2 da Proposta de 32/CM/2017, ‘afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno particular, a título gratuito, sita na Estrada de Benfica’ nos termos da Proposta das disposições legais aqui consagradas. -----

----- A Câmara quer apresentar esta Proposta? A Câmara prescinde. -----

----- Temos um Parecer da 1ª e 3ª Comissões, foi a Deputada Municipal Irene Lopes, quer apresentar? Também prescinde. -----

----- Não temos inscrições para este Ponto, vamos passar à votação. -----

----- **Voto da Proposta 32/CM/2017** – ‘Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno particular, a título gratuito, sita na Estrada de Benfica’. A Proposta 32/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- E encerramos os nossos trabalhos de hoje.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e trinta minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----